



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 006

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Professor Luizão
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV	Reni Pereira
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 006

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 09

Dep. Luiz Eduardo Cheida 09

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 10

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 11

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 13

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 14

Liderança do PSDB

Dep. Luiz Nishimori 15

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 18

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 20

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 23

Redação Final 24

2ª Discussão 24

1ª Discussão 25

Discussão Única (Proposições) .. 26

Requerimentos 28

Encerramento da Sessão 28

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 28

Diretoria Geral

Portarias 29

Publicações Administrativas:

Minuta de Contrato 29

Pregão Eletrônico 29

DIÁRIO Nº 006

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE FEVEREIRO DE 2008**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Edgar Bueno e Chico Noroeste.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval

Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, Mauro Moraes e Plauto Miró (05).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus, Alexandre Curi, Carlos Simões, Marcelo Rangel e Péricles de Mello (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Ofício nº 172/08

Curitiba, 20 de fevereiro de 2008.

Senhor Presidente:

Venho pelo presente justificar a V. Exa. minha ausência nas Sessões Legislativas desta quarta (20) e quinta-feira (21) devido a compromissos do mandato agendado em Brasília/DF.

Na primeira agenda (quarta-feira), acompanho uma comitiva de lideranças de Ponta Grossa em audiência com o Diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa para reivindicar a instalação de uma Delegacia da Polícia Federal (PF) no município. Na quinta-feira, vou defender interesses dos pescadores de Guratuba em audiência com o Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca Altemir Gregolin.

Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 026/08

SÚMULA:

Sugere a urgente correção, com lama asfáltica, do leito da estrada Bandeirantes, do trevo até o Matadouro Municipal, no município de Dr. Camargo.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, sugerindo ao mesmo a urgente correção do leito da estrada Bandeirantes, com a cobertura dos buracos com lama asfáltica, em trecho de 12.240 metros de estrada, entre o acesso da cidade e o Matadouro, no município de Dr. Camargo.

Essa obra já foi incluída no orçamento do estado e até agora não foi executada. Os agricultores da região reclamam constantemente da situação do logradouro público, haja vista os prejuízos ao escoamento da produção agrícola.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 027/08

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Walbach Tizzot que ordenem a construção de um trevo de acesso ao município de Wenceslau Braz na rodovia Parigot de Souza, PR-092.

Art. 1º Propõe que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes que ordenem a construção de um trevo de acesso na rodovia Parigot de Souza, PR-092, ao município de Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

INDICAÇÃO Nº 028/08

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot que promovam os esforços necessários para a recuperação da rodovia Parigot de Souza.

Art. 1º Propõe que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes que promovam os esforços necessários para a recuperação da rodovia Parigot de Souza (PR-092), recape asfáltico.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

INDICAÇÃO Nº 029/08

SÚMULA:

Propõe a construção de nova unidade escolar estadual no bairro Lamenha Pequena no município de Almirante Tamandaré.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Edson Luiz Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a construção de uma nova unidade escolar estadual no bairro Lamenha Pequena no município de Almirante Tamandaré.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se no aumento de alunos para o ensino fundamental e devido a Escola Estadual Lamenha Pequena e a Escola Municipal Helena Witoslawski compartilharem o mesmo imóvel para atender os alunos, sendo que no turno da manhã funciona a escola municipal e a tarde a escola estadual que atende em média 170 alunos, divididos em duas turmas de quinta série e mais três turmas de sexta à oitava série.

A Escola Estadual Lamenha Pequena não dispõe de espaço físico para administrar a demanda escolar, como por exemplo a biblioteca que não está funcionando, pois não há um local específico, os livros estão empilhados no banheiro e na sala da Diretora. A nova unidade atenderia a esta demanda desafogando as duas escolas que não possuem estrutura suficiente para atender as necessidades escolares, garantindo assim uma educação com qualidade para a população.

Outrossim, informamos que a Prefeitura está viabilizando uma área maior para fins de desapropriação para a implantação da referida unidade.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) EDSON STRAPASSON

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 191

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Oldemar Solano Bueno, ocorrido na cidade de Toledo, em data de 30 de janeiro de 2008.

Oldemar Solano Bueno, um pioneiro que se vai e a comunidade de Toledo e região chora a sua morte.

Um homem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida. Pessoa destacada, respeitada e admirada no município e oeste do estado. Desde 1949, com muita fé e vontade de vencer, chegou à pequena comunidade de Toledo e desde então participou, ativamente, com outros pioneiros em favor do desenvolvimento e crescimento do município e seus habitantes.

Foi o primeiro Chefe de agência da Receita Federal, antiga Coletoria Federal, em cuja repartição trabalhou até se aposentar.

Um homem que deixa saudade eterna. Esforçado, corajoso, respeitado, admirado pela sua capacidade de trabalho e liderança, pelo seu modo de ser de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito à família, ao bem coletivo, crescimento e desenvolvimento de Toledo e toda a região oeste do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se associa ao luto da população de Toledo e região, transmitindo suas condolências à família, que sofre com a perda do ente tão querido.

Requer outrossim, seja oficiado à família a decisão desta Casa de Leis, na pessoa de: Ignês Mayer Bueno, Caixa Postal, 197, 85900-000 - Toledo/PR.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 192

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, seja consignado votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Waldemar Gregório Empinotti, ocorrido em data de 12 de fevereiro de 2008, com sepultamento na cidade de Palotina.

Um pioneiro que se vai e a população de Palotina e região, fica de luto e chora a sua morte.

Cento e um anos de vida, dos quais 56 anos dedicados ao município de Palotina. Desde 1952, Waldemar e outros pioneiros participaram do desbravamento das virgens matas, preparando o terreno, para eles e outros colonizadores que viriam explorar, semear, cultivar e colher riquezas que as férteis terras ofereciam.

Do pequeno núcleo, brotou, cresceu e se desenvolveu um grande e rico município.

Waldemar Gregório Empinotti, foi seu primeiro Prefeito Municipal, nomeado à época para organizar Palotina, cargo que exerceu de 05 de agosto de 1960 ao final de 1961.

Merecedor de todas as homenagens. Um homem que deixa saudade eterna. Esforçado, corajoso, respeitado, admirado pela sua capacidade de trabalho e liderança, pelo seu modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo, crescimento e desenvolvimento de Palotina e região oeste do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se associa ao luto da população de Palotina e região, e à dor da família, transmitindo suas condolências para filhos, noras, genros, netos e parentes.

Requer, outrossim, seja oficiado à família enlutada a decisão desta Casa de Leis, na pessoa de: Nair Empinotti, rua Presidente Getúlio Vargas, 959 - Sala 05, Edifício Mega Ville, CEP: 85950-000 - Palotina/PR.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do engenheiro Luiz Gonzaga Pinto, ex-Prefeito de Ponta Grossa, provedor da Santa Casa de Misericórdia, ex-Secretário Municipal da Indústria e Comércio no Governo Prefeito Ciro Martins, ex-Secretário Estadual de Indústria e Comércio no Governo Jayme Canet Júnior, amado e respeitado por seus familiares e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, rua Dr. Colares, 562 - Ap. 562, Edifício Carvalhaes - Centro, CEP: 84010-010, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 194

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do professor Flávio José Chibinski, professor aposentado do Departamento de Contabilidade da UEPG, quero e respeitado por seus amigos e familiares.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, rua Balduino Taques, 1477 - Centro, CEP: 84010-050, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 200

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, o envio de votos de pesar e de solidariedade à família pelo falecimento do Sr. Luiz Gonzaga Pinto, ocorrido na última quarta-feira, dia 20 de fevereiro.

Desejamos aos familiares nossas condolências nesse momento em que ficam as lembranças e saudades de uma personalidade marcante que fez parte da história de Ponta Grossa e do Paraná. Luiz Gonzaga Pinto se despede das nossas vidas aos 88 anos. Natural de Piranguinho, Minas Gerais, veio viver em Ponta Grossa, onde fundou a Metalúrgica Santa Cecília e dedicou parte da vida à carreira pública.

Em janeiro de 1973 tomou posse como Prefeito da cidade, governando até 1975. Neste mesmo ano assumiu o cargo de Secretário de Negócios da Indústria e Comércio do Paraná. Também foi Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa e provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Prestamos essa homenagem a um homem emblemático, que participou de momentos importantes da história política do estado.

Solicito ainda que seja dada ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada à rua Colares, Edifício Carvalhaes 3º andar, Centro, CEP: 84010-010, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 208

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Odair Camargo, patrulheiro rodoviário federal, amado e respeitado por seus familiares e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, avenida Ana Rita, 313 - Uvaranas, CEP: 84026-000, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 203

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um Voto de congratulações ao jornal Tribuna do Interior, de Campo Mourão, pela sua edição de número 7000.

Neste ano o jornal Tribuna do Interior completa 40 anos de circulação ininterrupta o que o torna líder de circulação diária.

Criado em 10 de outubro de 1968, data do aniversário da Campo Mourão - 21 de sua emancipação - a Tribuna do Interior tornou-se parte integrante da sociedade mourãoense com os relatos dos acontecimentos da cidade e da região.

O reconhecimento de seu trabalho profissional, honesto e informativo, isento de preconceito ou tendências sectárias, vem através desta edição histórica e memorável. Em um país onde a divulgação de notícias ainda está longe de ser o ideal, a mera existência de instituições longevas e respeitadas é digna de nosso mais profundo respeito e admiração.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. Nery José Thomé, editor-chefe, e a Sra. Dorlly Benthien Thomé, Diretora Geral, no endereço da sede do jornal Tribuna do Interior, em Campo Mourão, sito na rua Roberto Brzezinski, nº 842, centro, CEP 87301-110.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo jornal Tribuna do Interior que tem de forma brilhante levado o nome do município de Campo Mourão e região ao reconhecimento estadual.

Com início das atividades datada em 1968 a Tribunal do Interior, como é chamado carinhosamente, completa nesta data a sua edição de nº 7.000 (sete mil).

O reconhecimento do bom trabalho e da boa prática administrativa a uma empresa paranaense sempre representará um orgulho para todo o nosso estado e, sem dúvida alguma, a nossa querida Tribuna do Interior representa com toda a sua excelência e qualidade profissional a exaltação de nossa gente.

Ante o exposto solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 199

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Odair Ceschin.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao empresário Odair Ceschin, que iniciou suas atividades como auxiliar de escritório na empresa Antonio de Pauli S/A, chegando depois a Diretor-Presidente.

Foi Diretor Administrativo e financeiro da Cia de Celulose e Papel do Paraná, COCELPA, e, atualmente, é Diretor Administrativo e Financeiro da ARPECO S/A Artefatos de Papéis, com sede no município de São José dos Pinhais.

Também é Diretor-Presidente da CONPEL - Cia Nordestina de Papel S/A, estabelecida em João Pessoa/PB.

Fundou em 01 de julho de 1991 a Associação SINPACEL, onde ocupa o cargo de Diretor-Superintendente. A entidade tem como objetivo prestar serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica aos trabalhadores das empresas de papel.

REQUERIMENTO Nº 202

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado da Educação Maurício Requião solicitando abertura do Curso Profissionalizante Formação de Docentes Integral e Subseqüente para a Escola Estadual Barão de Capanema ensino fundamental e médio, localizado no município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A realização do referido curso na escola aumenta oferta de profissionais capacitados para atuarem na educação infantil, Programa Paraná Alfabetizado, creches, ensino fundamental no município de região.

O colégio dispõe de infra-estrutura adequada e profissionais qualificados para abertura do referido curso.

Conto com vosso apoio nessa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 204

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações:

A Lei nº 15467/07 incluiu o parágrafo único à Lei nº 14985/06 que assim dispõe:

“Art. 1º...

Parágrafo Único. O disposto no caput também se aplica à importação de bem ou mercadoria com certificação de origem de países da América Latina, cujo ingresso em território paranaense se dê por rodovia.”

a) Qual o procedimento que as empresas devem adotar para beneficiarem-se do disposto na Lei 14985/06, se não houver nenhum procedimento ainda.

b) Por qual razão a Coordenadoria da Receita do Estado não incorporou o dispositivo ao regulamento do ICMS do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 207

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, Sr. Rafael Iatauro, Secretário- Chefe da Casa Civil e ao Diretor-Presidente da SANEPAR, Sr. Stênio Sales Jacob, informar, relativamente às desapropriações necessárias à implantação das barragens Piraquara I e II, o que segue:

1. Quais as áreas de terras desapropriadas? Informar as respectivas matrículas junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca;

2. Quando, por quem e baseadas em quais referências foram procedidas as avaliações para efeito de determinação do preço das indenizações?

3. Quais os valores estabelecidos para esse fim, de cada uma das matrículas?

4. Quando foram procedidos os pagamentos?

5. Houve acordo para pagamento dos valores estabelecidos nas avaliações?

Estes valores sofreram atualização monetária e incidência de juros? Quais os valores efetivamente pagos e quando? Existe saldo a pagar? Informar separadamente cada uma das matrículas.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, CIDA BORGHETTI, VALDIR ROSSONI, EDGAR BUENO, ADEMAR TRAIANO e ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, informações da Mesa Executiva em relação ao painel eletrônico, conforme segue abaixo:

1. Diante das notícias veiculadas na imprensa referentes aos valores da locação do Painel Eletrônico, qual o valor mensal da locação?

2. Qual o prazo de locação do referido painel eletrônico?

3. Em relação a notícia que o valor do painel locado pela Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo tem um custo bem inferior.

Questiona-se qual a diferença técnica no equipamento locado que eleva o seu custo em relação ao do outro estado?

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 035/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a instituir através da Coordenação da Região Metropolitana de Maringá - COMEM, o Projeto ARCO-SUL, compreendendo o contorno sul, ligando através de uma rodovia duplicada as cidades de Maringá, Sarandi e Marialva.

Art. 2º O novo traçado do contorno sul será a partir do Conjunto Cidade Alta, seguindo a rede de alta tensão, com pistas amplas, ladeando as torres, até o contorno de Marialva, perfazendo a configuração de uma arco.

Art. 3º O projeto de que trata o artigo 1º, tem como objetivo desviar o fluxo de veículos das áreas urbanas de Maringá e Sarandi, além de oferecer infra-estrutura naquela área para parques industriais e outras atividades ligadas ao desenvolvimento dos três municípios.

Art. 4º A execução do presente projeto será realizada pela Secretaria de Estado dos Transportes através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A passagem do trânsito intenso de veículos pelas vias urbanas de Maringá e Sarandi até o contorno de Marialva transformou-se num pesadelo para motoristas e transeuntes que trafegam e se utilizam desse trecho que vem desde o trecho de Paranavaí/Campo Mourão, passando pela Avenida Colombo e só vai terminar na saída de Sarandi para Marialva, mais precisamente já próximo ao contorno de Marialva.

Com a instituição da Coordenação da Região Metropolitana de Maringá - COMEM, o seu atual coordenador, João Ivo Caleffi, tem provocado discussões com Prefeitos dos município interessados e autoridades estaduais - incluindo o Secretário de Estado dos Transportes e Diretor do DER, Rogério Tizzot, e o Superintendente do escritório do DER de Maringá, Sr. Osmar Lopes Ferreira, aventando a possibilidade da elaboração de um projeto técnico para a viabilização do Projeto de um traçado novo para o contorno sul de Maringá, o que resolveria o problema crucial dos três municípios: Maringá, Sarandi e Marialva.

O contorno sul de Maringá, partiria do Conjunto Cidade Alta, seguindo a rede de alta tensão, com pistas amplas ladeando as torres, até o contorno de Marialva. Terá pois a configuração de um arco, razão pela qual já foi batizado de Arco Sul.

O projeto não tem apenas o objetivo de desviar o fluxo de veículos das áreas urbanas de Maringá e Sarandi, mas traz consigo as perspectivas reais de transformar aquela faixa de terras em parques industriais, a serem implementados pelos três municípios. As condições geográficas são favoráveis. Mais favorável, ainda, é a estrutura do transporte que se consolidará nesse trecho, pois margeando a pista dupla do já batizado Arco Sul, estará a ferrovia por onde passará em futuro bem próximo, o trem de passageiros.

O Arco Sul já tem um pré-projeto, feito por engenheiros do DER/Maringá, que atestam a viabilidade da obra, a ser realizada a um custo estimado de R\$60 milhões, estando aí incluída a revitalização do contorno já existente. Portanto, a questão técnica já está sendo encaminhada.

O escritório da região metropolitana de Maringá já vem promovendo a arregimentação de forças políticas entre os órgãos do Governo do Estado, para sensibilizar o Governo Federal da importância da obra que trará um desenvolvimento social e econômico do eixo Maringá-Sarandi-Marialva. Trata-se, por conseguinte, de uma demanda metropolitana.

O mais importante no Projeto Arco Sul, é a perspectiva de atração de grandes indústrias para aquela região, significando este processo, um ponto de partida para a consolidação da metrópole linear do norte do Paraná que há tantos anos as lideranças político-administrativas tentam tirar do papel.

Por isso, peço o devido apoio aos colegas Parlamentares, para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 036/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado de Viaduto Isidoro Ferdinando Bombardelli, a obra de arte especial construída na BR-467 - rodovia José Neves Formighieri, entre Toledo e Cascavel - na interseção com a PR-317 (acesso para Ouro Verde do Oeste e também São Pedro do Iguaçu, via PR-585), na entrada da cidade de Toledo/PR.

Art. 2º Cumpre ao Poder Executivo Estadual dar publicidade e conhecimento à população da referida denominação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.08.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

O estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, terminou ainda no ano passado, a duplicação da rodovia entre Toledo e Cascavel, e está em fase de conclusão a construção de oito viadutos, seis em Cascavel e dois em Toledo.

A presente proposição tem por finalidade denominar o viaduto construído no primeiro acesso à cidade de Toledo, pela avenida Egídio Munaretto, pelo qual também há acesso para a PR-317, com destino a Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras e Santa Helena, bem como para a PR-585, com destino a São Pedro do Iguaçu e Vera Cruz do Oeste e depois acesso, pela BR-277, com destino a Foz do Iguaçu.

A pedido de diversas lideranças da comunidade de Toledo, e por proposição apresentada pelos Vereadores Leocides Bisognin e Rosali Campos da Câmara Municipal de Toledo e aprovada por unanimidade daquela Casa, propõe-se que o referido viaduto receba o nome do pioneiro Isidoro Ferdinando Bombardelli.

Isidoro Ferdinando Bombardelli, nasceu em 29/08/1929, na cidade de Paraí/RS. Veio residir em Toledo pela influência, aconselhamento e motivação do seu tio, padrinho e Arcebispo de Porto Alegre, Monsenhor Thiago Bombardelli, que desde 1945 falava para seus irmãos, um deles, Sr. José Bombardelli, que a família deveria investir em algo novo e que o futuro estava no Paraná.

Através do Monsenhor, o Sr. Thiago Bombardelli (pai de Isidoro), conheceu em Caxias do Sul/RS, o Sr. Willy Barth e seus sócios, da empresa de colonização Maripá, que lhe propuseram negócios em Toledo. José Bombardelli mudou então o destino de suas economias, que seria investido em Nova Prata/RS, e comprou terras no município de Toledo.

No final da década de 40 o Sr. José Bombardelli fez um transporte com o seu caminhão, trazendo famílias

para a região de Toledo e, junto nessa viagem, trouxe consigo o seu filho Isidoro Bombardelli. Dois anos mais tarde, Isidoro, agora com 19 anos, transformou o caminhão em um ônibus e passou a transportar, de forma mais confortável, famílias e compradores de terras para a mesma região, com a autorização da empresa Maripá.

Tanto era o empenho e a crença nesse projeto, que o Isidoro chegou a ser excomungado da sua própria paróquia em Paraí/RS pelo Padre Félix Bussatta. Este dizia que o jovem estava convencendo os fiéis a virem passar fome no Paraná, já que na época, para ele, o estado era só mato e não tinha comida. Batalhador e persistente, Isidoro não desistiu. Seu interesse era ver essas terras se desenvolverem.

A família Bombardelli trabalhou muito e investiu todas as suas economias no município. Montou a primeira marcenaria em Toledo. Com a injeção de dinheiro trazida pelas famílias do Rio Grande do Sul, motivadas por Isidoro, fez com que a empresa Maripá tomasse um novo impulso na questão dos seus investimentos, influenciando positivamente para o crescimento e desenvolvimento da região Oeste.

Isidoro até trabalhou alguns meses como funcionário da Maripá, onde exercia a função de técnico em eletrônica. Além disso, instalou o telégrafo e linhas de energia elétrica na cidade. Montou uma mini usina particular na propriedade do Sr. João José Muraro e outra na propriedade do Sr. Antonio Dal'Pozzo, na localidade do Xaxim. Ajudou na instalação da usina de Porto Britânia e de Toledo, nas proximidades do atual Clube da Caça e Pesca, sendo ele ainda responsável pela difícil tarefa de manutenção e funcionamento das máquinas. Parte desse trabalho era como voluntário.

Mesmo em processo de desmatamento de suas terras, sua visão sempre foi futurista. Já falava que os agricultores não deveriam desmatar tudo. Preservar as nascentes, manter mata virgem em cada propriedade, não destacar de forma demedida, tudo isso era pregado por Isidoro. Não só falava, como dava o seu próprio exemplo, aplicando tal comportamento em suas propriedades rurais.

Em meio a outras tantas atividades, Isidoro sempre foi agricultor, tendo clara noção da importância dos cuidados com a vida, do controle e respeito pelo meio ambiente. Desta forma e baseado nestes valores, foi que construiu sua história em Toledo, transformando a família Bombardelli como uma das grandes referências.

Enquanto viveu, nunca desistiu de acreditar na cidade de Toledo. Viveu sempre de forma humilde e transparente, exerceu a verdadeira cidadania, autenticidade e a simplicidade, sempre bem com a natureza e com todos que o conheceram. Faleceu no dia 25/04/04 em Toledo, aos 75 anos de idade.

Hoje, sua esposa Odila Josefina Stuani Bombardelli e seus seis filhos sustentados pelos seus ensinamentos, pela sua transparente vivência, espelhando-se em sua conduta de vida, estão dando continuidade a esta história.

“Quem planta colhe... O tempo passa e a morte vem, faça pelo outro em vida.”

Isidoro Bombardelli

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Hoje também é um dia triste porque perdemos uma segunda pessoa importante: o professor José Flávio Chebinski, 40 anos de Universidade Estadual de Ponta Grossa. Muitos passaram pela sua mão, muitos jovens, muitos acadêmicos. Professor Chebinski era o Presidente da Comissão de Vestibulares, há muitos anos, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Portanto, Sr. Presidente, registramos também, o passamento do professor José Flávio Chebinski, falecido em Ponta Grossa, no dia de hoje. Pessoa espetacular, exemplar, 40 anos professor da Universidade Estadual, um dos mais valorosos homens da nossa universidade.

O professor Chebinski sempre organizou com muita dedicação, competência, transparência e honestidade os vestibulares da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A cidade, portanto, está, de luto com a morte do ex-Prefeito engenheiro Luiz Gonzaga Pinto e do ex-professor, que comandava os vestibulares na universidade, professor José Flávio Chebinski.

Era isso que queria registrar em homenagem a essas duas importantes pessoas da história política da cidade de Ponta Grossa, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no horário do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares.

Os supermercados do Paraná distribuem cerca de 1 bilhão e 200 milhões de sacolas plásticas todo mês. Em março do ano passado a Comissão de Indústria e Comércio, em reunião presidida pelo nobre Deputado Edgar Bueno, resolveu fazer uma discussão sobre o tema. Vários interessados na Comissão compareceram, entre eles o Presidente Nacional da Plastivida, uma ONG que representa o setor petroquímico, Deputada Rosane, que na ocasião estava presente. Esse senhor informava às Comissões que o plástico biodegradável era uma grande enganação, porque no metabolismo desse mesmo plástico haviam de ficar pequenas partículas microscópicas que era o plástico em menor tamanho, ou seja, seriam muito mais poluentes. Com isso, a Comissão de Indústria e Comércio, de modo correto, colocou um pé atrás com relação aos projetos que tramitavam, projetos dos Deputados Stephanes, Caíto e Rosane Ferreira.

A Comissão de Meio Ambiente, presidida por mim, resolveu chamar, em uma Audiência Pública deste Plenário, o maior especialista que se tem notícia em plásticos biodegradáveis do mundo. Em Audiência Pública no final do ano convidou o Dr. Michael Stephen, Presidente do Comitê de Meio Ambiente do Reino Unido, na Inglaterra, Coordenador da Associação Mundial dos Cientistas, especializados em plásticos oxi-biodegradáveis. Naquela ocasião, o Dr. Michael foi muito claro na presença de autoridades no setor, do LACTEC, do TECPAR, da Secretaria do Meio Ambiente, do IBAMA e de uma série de instituições e entidades. Disse textualmente, Sr. Presidente: “Os plásticos biodegradáveis são desejáveis. Já existem em mais de 50 países, precisamente em 53 países. Eles, sem dúvida nenhuma, não causam nenhum tipo de dano e não poluem.” Trouxe esta decisão e conclusão ao Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná. Mas assim mesmo a Assembléia ainda ficou, principalmente a Comissão de Indústria e Comércio, com um pé atrás no que tange à questão dos plásticos oxi-biodegradáveis. Neste ínterim a Deputada Rosane Ferreira retirou o seu projeto, e tramitavam e ainda tramitam dois projetos pela Casa de plásticos biodegradáveis, regulamentando as sacolas oxi-biodegradáveis.

O que me traz à tribuna hoje, além desse relato muito breve sobre esta questão, porque é conjuntura, porque o IAP acaba de multar em alguns milhares de reais seis sedes de supermercados aqui no Paraná. Então, é uma discussão atual e contemporânea. Enquanto o IAP procede às autuações do que considera infração, a Assembléia Legislativa ainda não regulamentou uma matéria que cursa, praticamente há um ano, aqui nas Comissões da Casa.

O que me traz é um laudo que o estado do Paraná, através do TECPAR, essa que é uma instituição que pertence à Secretaria de Ciência e Tecnologia, de nº 07007752, diz, após uma série de considerações, que esse material, que é oxi-biodegradável, analisado, satisfaz completamente as exigências da Resolução nº 105, de 19/05/89, publicada pela ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Em relação a todos os itens.

Então, quero acreditar, Sr. Presidente, nobres Deputados, em especial Deputado Edgar Bueno, com quem já troquei rapidamente algumas idéias e a Assembléia poderia apreciar esses projetos que lá estão em sua Comissão. O TECPAR já deu as suas conclusões. O mundo desenvolvido usa esse tipo de material. Estamos vendo que o Paraná distribui, Deputado Douglas, 1 bilhão e 200 milhões de sacolas por mês, de plásticos convencionais. É o que as redes de supermercados colocam no mercado. Concluindo, gostaria, nesta breve explanação onde acompanha um pedido de solicitar que andássemos com esse projeto, porque não pode a sociedade estar lá na frente e a Assembléia Legislativa do Paraná, que fez tantas e belas discussões, estar caminhando aqui a passos menores.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Deputado Cheida, aproveito para esclarecer o seguinte: já demos o parecer favorável, já encaminhamos aos Deputados o projeto de origem. Na verdade, é uma questão muito preocupante, está sendo muito bem estudada. A Secretaria, a nossa Comissão de Indústria e Comércio também realizou aqui Audiências Públicas para tratar desse assunto. Trouxemos especialistas de vários estados da federação, que vieram trazer a sua contribuição para que pudéssemos estar maduros na discussão deste grande projeto.

Pois bem, os mercados já tomaram algumas posições. Alguns mercados estão recepcionando as bolsinhas plásticas, que é o grande tema em questão. Recepcionando e mandando 100% para a reciclagem.

E a questão do oxi-biodegradável é uma questão que não está bem explicada e tecnicamente ela tem que ser melhor esclarecida. Ou seja, o oxi-biodegradável, pelas Audiências e os especialistas que ouvimos, desmancha-se em partículas, porém não existe a possibilidade de se degradar 100%, porque uma parte é plástico puro. Essas as informações que temos.

Por isso, é uma questão que já foi devolvida, a Deputada Rosane retirou o projeto para pensar melhor, ouviu a sociedade e resolveu retirar temporariamente o seu projeto. E o Deputado Caíto Quintana já recebeu o projeto, com o parecer favorável da Comissão, para que ele dê andamento. Mas, defendendo aqui a idéia de que temos que implantar o biodegradável, porém, jamais obrigar, porque não temos certeza absoluta de que ele vá fazer um bem melhor para a sociedade.

Como há hoje o interesse de 100% na reciclagem, acredito que uma parte do problema está sendo resolvida, desde que os mercados todos coloquem a recepção de todas as sacolinhas que qualquer cidadão consumidor, quando vai ao mercado, devolva e o mercado tem que dar destino, e o destino é a reciclagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Edgar Bueno, mesmo não tendo questão de ordem a decidir, mas compreendemos que a sua colocação vem em seqüência do pronunciamento do Deputado Cheida. Como faz parte daquilo que falou o Deputado Cheida, permitimos que V. Exa. fizesse essa colocação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, já que V. Exa. está tão simpático, tão liberal no comando dos trabalhos, já que está se comentando quem vai ser o Conselheiro do Tribunal de Contas, queria desde já registrar que o meu modesto voto vai para o nosso querido Durval Amaral, pela sua competência.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para registrar, na condição de Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia, que o Prefeito Beto Richa anunciou ontem a abertura de licitação para a construção do Hospital Municipal de Gerontologia e Clínica Médica de Curitiba. Será um investimento de mais de 14 milhões, em uma parceria da Prefeitura de Curitiba com o Ministério da Saúde e serão atendidos mais de 10 mil idosos por mês nesse hospital.

Em nome da Comissão de Saúde desta Casa quero parabenizar a Prefeitura de Curitiba pelo Hospital do Idoso, que é uma necessidade premente para a nossa população.

Obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, por 10 minutos.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Edson Praczyk (PRB)

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Ocupo o horário do Bloco Independente na tarde de hoje para fazer o registro e fazer ecoar o questionamento, penso eu, de uma parcela da sociedade expressa por um jornalista do Jornal do Estado, colunista desse jornal, que na data de ontem, terça-feira, dia 19 de fevereiro, em sua coluna intitulada "Eu só queria entender", faz um questionamento, na minha visão, muito interessante, com relação à aquisição ou o aluguel do nosso painel eletrônico.

Na sua matéria, Sr. Presidente, o jornalista Marcus, que não é meu eleitor, conheço sim, tenho acompanhado seu trabalho e, no meu ponto de vista, ele é um jornalista muito correto, muito coerente, e que faz a opinião, muitas vezes, em determinados assuntos polêmicos que são evitados, tanto no Legislativo como no Executivo, faz com que o debate seja provocado.

Ele diz na sua matéria - tentarei esboçar de forma resumida - que em função de uma ação judicial, Deputado Elton Welter, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decidiu, ao invés de comprar o painel eletrônico, alugá-lo. Diz também que o contrato foi firmado com uma empresa mineira, a Visual Sistemas Eletrônicos. O contrato, Deputada Rosane, é de três meses, pelos quais a Assembléia Legislativa pagará R\$ 54 mil, ou R\$ 18 mil, mensais.

No início do mês, é o questionamento que o citado jornalista faz, a mesma empresa venceu um pregão eletrônico e instalou na Assembléia Legislativa do Espírito Santo um equipamento semelhante, com custo mensal de R\$ 6.645,83, ou, Deputado Jocelito Canto, R\$ 79.750 por ano.

Passo a ler na íntegra a parte mais curiosa dessa matéria:

(Lê):

“Detalhe: a julgar pelas características do modelo instalado no Legislativo capixaba, o painel é até mais moderno. Dispensa, por exemplo, a memorização de uma senha por parte dos Deputados na hora de registrar presença ou votar nas Sessões Plenárias. No lugar foram instalados 35 terminais biométricos que reconhecem a impressão digital do Parlamentar.”

Mas a pergunta que não quer calar, inclusive foi usada esta expressão no título da matéria, é a seguinte: por que um equipamento com funções, pelo menos em tese, absolutamente idênticas, contratadas da mesma empresa, custa aos cofres públicos do Paraná um valor duas vezes maior daquele pago pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo?

Ele continua discorrendo de forma brilhante na sua coluna, o que me faz entender, Deputado e Presidente em exercício, Augustinho Zucchi, que devo, como Parlamentar, sendo uma das funções do Parlamentar fiscalizar, fazer um encaminhamento à Mesa, via pedido de informações, que trouxemos à baila o que é verdade, o que não é verdade, o que faltou de informação para que possamos entender essa matemática. A grosso modo, ele não é compatível, não casa.

Quero registrar, na tarde de hoje, que este Parlamentar, munido das suas atribuições, encaminha à Mesa um pedido de informações para saber se realmente estes equipamentos são idênticos ou muito próximos e o que encarece o nosso equipamento em relação ao equipamento capixaba. Via de regra, uma vez que o equipamento da Assembléia Legislativa do Espírito Santo é mais moderno em função do reconhecimento da digital, deveria o equipamento da Assembléia co-irmã ser mais caro que o nosso o que, pela informação do citado jornalista, não é.

Deixo esse registro para que possamos tomar conhecimento e uma vez que a intenção, desde o princípio, tanto do Presidente Nelson Justus como de todo colegiado de Deputados, é dar maior visibilidade positiva da Assembléia Legislativa, maior transparência do papel do legislador, do Parlamentar, da Assembléia como um todo para a sociedade.

Acredito que só virá a somar coisas boas para a imagem da Assembléia, uma vez que essa dúvida seja esclarecida e sanada.

Era esse o nosso registro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. jornalistas e telespectadores.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Pastor Edson, a Mesa recebe o requerimento de V. Exa. V. Exa. tem o direito de fazer o requerimento e é nosso dever prestar os devidos esclarecimentos que serão feitos a V. Exa e a esta Casa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero registrar hoje a ausência do Deputado Marcelo Rangel, do PPS, aqui na Sessão, porque ele está em Brasília, junto com lideranças de Ponta Grossa, tratando de assuntos relacionados à Política Federal, de interesse daquela localidade.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado.

Ainda no Horário das Lideranças, no horário do Bloco PR/PTB, com a palavra o Deputado Jocelito, por 10 minutos.

Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Quero justificar a minha presença na Sessão, já que o Deputado Douglas registra a não presença do Deputado Marcelo Rangel. O Deputado Péricles e o Deputado Plauto também não estão aqui. Quero registrar que é muito importante essa reivindicação da Política Federal em Brasília, é um assunto que leva as lideranças. Eu assinei o documento, sou favorável à vinda da Polícia Federal, mas quero sempre confessar que para mim, acima de tudo, está o Plenário. O Plenário da Assembléia é o ponto de referência deste meu mandato como Deputado. Só falta a alguma Sessão desta Casa se for em caso extremamente de doença ou algum outro caso que possa ocorrer, mas dificilmente faltarei a uma Sessão. Como no ano que não faltamos em nenhuma Sessão, em nenhuma votação, porque entendemos que esse é o nosso papel principal: estar aqui todos os dias e ajudar a votar os projetos. Fazer projetos e ajudar a votar os demais feitos pelos companheiros.

Se Deus me permitir, este ano, mesmo com eleições municipais, quero terminar o ano com 100% aqui nesta Casa, também, porque acho que o Plenário desta Casa é sagrado, porque discute os grandes assuntos e o que pode ocorrer no estado do Paraná. Geralmente quando se nota a falta de Deputados, é que vêm aqueles projetos chamados de última hora, porque tem poucos no Plenário. Por isso, Deputado Edson, vou fazer o possível e o impossível para não faltar a nenhuma Sessão.

Os jornais brincaram hoje, e a gozação no jornalismo é sadia, desde que bem feita. Eu sou um inovador no rádio, porque sou um radialista de 25 anos, fui buscar, encontrar um personagem num bairro de Ponta Grossa chamado Polaco, que faz brincadeiras espetaculares a cada instante no meu programa sério de notícias. Mas faz bem, porque no meio de uma notícia ruim vem aquela brincadeira sadia e anima a gente ouvir a notícia ruim. A imprensa fez uma brincadeira em alguns jornais, hoje, falando da composição desse Bloco Independente, que alguns, me parece que foi o Deputado Waldyr Pugliesi - não podia ser diferente, o Deputado Waldyr Pugliesi é um homem que tem um senso de humor sensacional, ele tem

tempo para tudo - ele apelidou o nosso Bloco de “sempre livre”, porque eu falei que era livre. E ele já botou um “sempre”. Ficamos felizes com essa colocação. Claro que alguns têm ciúmes desse posicionamento de estar livre. Estar livre é não ter o rabo preso, é poder votar como quer, é não receber o cutucão do Líder: “Olha, ou você vota, ou vou tirar o seu cargo, lá.” É preferível ser sempre livre, mas não ser cutucado ali: “Olha, ou vota, ou tiro o cargo.” “Ou vota, ou você não vai ao Palácio.” Então, ser livre é poder expressar o que você acha que deve. É aquilo que você traz do povo.

Por exemplo, ser livre é não aceitar oposição de perdermos a oportunidade, Deputado Belinati - quero cumprimentar V. Exa. - de elegermos um Conselheiro do Tribunal de Contas, que conheça o que é o Tribunal de Contas do Paraná. Ser livre é não vir uma ordem do outro lado do Palácio das Araucárias dizendo: “O meu candidato não é o Caíto Quintana, o meu candidato é o Maurício Requião.”

Mas, o meu candidato não é o Caíto Quintana e não é o Maurício Requião. O meu candidato é o Deputado Durval Amaral. Por quê? Porque eu sou livre, porque eu sou sempre livre, eu voto em quem eu quero. Esse é o teor da nossa Bancada. A nossa bancadinha simples é livre. É por isso que, com essa liberdade que tenho, digo hoje: voto no Durval Amaral. Por que voto no Durval Amaral? Primeiro porque é uma pessoa preparadíssima. Vamos mandar ao Tribunal de Contas alguém que conhece. É o nosso Presidente da CCJ, um homem experimentado, um homem capacitado, um homem que anda por todos os setores da Casa e têm o carinho de todos os Deputados. E de quem é o direito de escolher o Conselheiro? É do todo poderoso Governador? Não! Segundo o que determina a lei, eu não sou advogado, apenas um radialista, mas pelo que eu sei essa vaga cabe à Assembléia. Então, se a Assembléia eleger alguém, deve ser o Deputado Durval Amaral.

Não é partido, não é ideologia, é competência. Acima de tudo, que na vez passada, fizemos também o dever de Casa, mandamos por duas vezes, duas pessoas ligadas a nós ao Tribunal. Primeiro o Pessuti, que estava no Governo, mas que foi Deputado por muitos anos aqui, merecia a vaga. Quando o Deputado Durval me pedia para votar nele, que a votação estava embolada, eu disse ao Deputado que não: “eu já tenho um compromisso com o Pessuti”. O Pessuti é uma pessoa muito ligada a mim, gosto muito dele, me trata muito bem e é uma pessoa que é desta Casa, tem raízes nesta Casa. Mas, disse ao Deputado Durval que se estivesse aqui numa próxima vez que tivesse eleição para Conselheiro, o senhor podia contar com meu voto. E palavra dada é palavra cumprida, independente do compromisso que se tem, daqui ou de lá.

Então, Deputado Durval Amaral, o senhor tem por merecimento o nosso voto. Tem o voto, pela liberdade de poder votar em quem quiser. É tão bonito ser livre, neste Parlamento, respeitando as opiniões de quem quer ficar, tem que obedecer, fazer de conta que tem que votar. Eu sei que dói. Já doeu em mim, também. É duro você querer. “Poxa! Eu sou da Bancada e compromisso da

Bancada é votar até os engodos, às vezes”. Por isso é bom ser livre.

O Deputado Pugliesi é que fala muito da ditadura, não é? A cada instante eu vejo ele fazer um grande discurso, aqui: “Porque a ditadura! Nós do PMDB acabamos com a ditadura!” A cada pouco vejo ele falar, aqui. “Ditadura!” Aquela coisa toda. “Ajudamos a combater a ditadura!”

Então, está todo mundo livre, cada um vota como quer. É tão bom você poder dizer: “Vou votar no Durval Amaral!” Por quê? Porque é competente, é nosso companheiro. Porque a vaga é nossa. Não vamos abrir mão do que é nosso, porque o Governador quer colocar o seu irmão. Não tenho nada pessoal contra o irmão. Nada pessoal contra o Maurício. Mas tenho com o companheiro aqui da Casa, que entendo que é competente, sério e que vai ajudar o Tribunal de Contas, porque é preparado.

Então, tendo esta liberdade de poder escolher, eu escolho. Escolho sozinho. Não sei se vamos ganhar, mas acho que vamos ganhar, sim, porque pertence a esta Casa a indicação. E devemos dar proteção às coisas da gente. O gaúcho tem isto. O gaúcho é bairrista. Meu sangue ainda é um pouquinho gaúcho, de Passo Fundo, que diz que primeiro, na Casa. O Governador quer votar primeiro para a Casa dele. Mas, a Casa dele, lá. Aqui é nossa. Ele quer botar alguém da família. Sem problema nenhum! Mas, primeiro, a nossa Casa, as nossas coisas, as nossas raízes. O que é nosso deve ser nosso.

Por isso, Deputado Durval Amaral, o grupo Jocelito, do grupo “sempre livre”, ou livre, rebelde, qualquer apelido que quiser dar, vai votar com dignidade em você. Sabe por quê? Somos livres!

Muito obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Pela Ordem)

Presidente, o Deputado Jocelito não me concedeu aparte, estava tão alegre, tão bem humorado, altaneiro, bastante faceiro, mas eu queria pedir que ele, no seu pronunciamento, não generalizasse, que fizesse as exceções que são merecidas. Sugeri que quem vota com o Governo o faz em troca de cargos.

Acho que as coisas não devem ser conduzidas desta maneira. O Deputado está errado, pelo menos com relação à minha pessoa, está errado. E gostaria muito que tivesse feito as exceções.

Caso contrário, Deputado Jocelito, eu teria que admitir que quando o senhor foi Prefeito de Ponta Grossa, sua Bancada de sustentação na Câmara de Vereadores votava em troca de favores. E pelo que eu o conheço e conheço os Veadores de Ponta Grossa, isto não acontecia. Então, também não quer dizer que aconteça aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Tenho muito apreço pelo Deputado, mas gostaria que no seu próximo pronunciamento, ou nominasse quem faz isso, ou dissesse claramente que há exceções. A generalização é a pior das coisas que um Parlamentar com sensibilidade deve admitir.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Só queria corrigir, quero me desculpar com o Deputado Cheida. Não foi minha intenção. Claro que há exceções. O Parlamento é cheio de exceções. Retire-se das notas taquigráficas aonde inclui-se o Deputado Cheida e os demais que possam ter-se incluído na minha fala para dizer que o nosso bloco continua livre, e me perdoem os outros, que não foi intenção atingir ninguém. Imagine se eu ia querer atingir o Deputado Cheida, esse brilhante Parlamentar que eu gosto tanto!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito das notas taquigráficas, que se proceda conforme a solicitação do Deputado Jocelito.

Democratas.

(**Declina**)

PP. Com a palavra o Deputado Ney Leprevost, por 10 minutos.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Protocoliei na Sessão de ontem um projeto de lei, e venho hoje a esta tribuna para pedir a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados a este projeto que estará nos próximos dias tramitando nas Comissões Permanentes desta Casa, em especial na Comissão de Constituição e Justiça, tão bem presidida pelo eminente Deputado Durval Amaral. Esse projeto dispõe sobre a forma da publicidade dos atos, programas, obras, campanhas e serviços públicos na Rede de Televisão e Rádio Educativa.

Peço encarecidamente à Bancada de sustentação ao Governo que tenha em mente que nem sempre será o atual Governador que estará de plantão no Palácio Iguaçu. Portanto, este projeto tem um amplo interesse público em defesa da liberdade, da democracia, do respeito ao contraditório e da contenção de abusos que possam ser cometidos por um ou outro governante que esteja ocupando o Palácio do Governo. Este projeto prevê que a publicidade na Televisão e na Rádio Educativa seja de caráter informativo, educativo ou de orientação social, dela não podendo constar publicidade, vejam bem, não das matérias jornalísticas, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos. O projeto também estabelece que o tempo que for disponibilizado na Televisão Educativa e na Rádio Educativa - e eu já fui vítima de ataques gratuitos e irresponsáveis na Rádio Educativa, por parte do Sr. Presidente da FERROESTE - o tempo que for disponibilizado para ataques às pessoas públicas ou privadas, será concedido automaticamente em iguais proporções às vítimas dos mesmos mediante simples requerimento à direção da emissora, sem que haja necessidade da vítima - dos ataques desferidos na

televisão e na rádio, que não são do Governador, mas que pertencem ao povo do Paraná, porque são sustentados com o dinheiro do contribuinte paranaense - sem necessidade das vítimas desses ataques terem que contratar um advogado caro para conseguir ter o seu direito de resposta, para conseguir ter reparada a calúnia, a infâmia, a difamação que sofreu na televisão.

Evidentemente o próprio projeto, como não poderia deixar de ser diferente, até porque temos firme convicção na liberdade de expressão, na democracia, o próprio projeto excetua da proibição desta lei as matérias de cunho eminentemente jornalístico, desde que obedecidos os princípios éticos de independência e de imparcialidade.

Sras. e Srs. Deputados, hoje o Governador é o Sr. Roberto Requião; amanhã o Governador poderá ser o Osmar Dias, Beto Richa, Álvaro Dias ou até mesmo um outro nome.

Acredito que este projeto é coerente, porque regulamenta a TVE para as ações de qualquer Governo, do atual e dos próximos que virão.

Faço um apelo para que esse debate sobre o projeto seja saudável, livre de preconceitos, de paixões partidárias e que possamos ajudar a resgatar a credibilidade da TVE e da Rádio Educativa, porque são patrimônios do povo do Paraná.

Até uma parte da programação considero excelente, porém não pode ser desvirtuada. Se está no ar é porque sobrevive graças ao dinheiro de cada paranaense que paga os impostos.

A TVE não é dos ex-Governadores, não é do atual Governador e não será dos futuros Governadores. Ela é do povo do Paraná e é ao povo que deve servir. O povo que deve ser o senhor da TVE.

Faço questão de ressaltar isso, porque acredito na liberdade de imprensa e sei do poder da imprensa, principalmente das televisões, em construir uma imagem ou destruir em poucos segundos.

Portanto, é fundamental que esteja regulamentado o uso da TVE para que seja feito com ética, imparcialidade, dentro dos limites de respeito à Lei de Imprensa e respeitando o artigo 37 da Constituição Federal que veda a promoção social em publicidade feita com o dinheiro público.

Estarei aguardando um amplo debate deste projeto nos próximos dias.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em nome do Deputado Douglas Fabrício, esta presidência agradece a presença do Sr. Isidoro Bueno, de Campo Mourão.

E também em nome do Deputado Jonas Guimarães, agradecer as presenças dos Srs. Valdilei - Secretário da Agricultura, e do Vereador Serginho, de Cianorte. Sejam bem-vindos!

No horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

SR. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É para nós uma satisfação poder, aqui nesta tribuna, repercutir uma matéria que está nos jornais no dia de hoje.

O Governo Federal liberou os recursos para que possamos construir, em Curitiba, o Hospital do Idoso, que atenderá não só Curitiba, mas também a região metropolitana. E de uma forma que me parece extremamente positiva e saudável, do ponto de vista da relação do Governo Federal entre os estados e municípios.

Ninguém melhor do que nós para sabermos que o maior opositor hoje é justamente o partido ao qual pertence o atual Prefeito de Curitiba, o PSDB, que junto com os Democratas fazem o Bloco da Oposição na Câmara Federal e também no Senado da República.

Pois bem, esse valor de R\$ 12 milhões era um valor que havia sido pleiteado, já há algum tempo atrás. Por inúmeras razões, não foi possível ser liberado pelo Governo do Estado, até porque há uma dúvida, quanto à condição da Prefeitura quanto ao Governo do Estado, pela dívida da CIC, mas o Governo Federal, na pessoa do Presidente Lula, não só fez com que esse valor chegasse a Curitiba, como fez de uma forma melhor do que havia sido solicitada, porque ao invés de serem recursos que viriam na forma de empréstimo, esses 12 milhões vem a fundo perdido para a cidade de Curitiba e, obviamente, também para a região metropolitana.

É um hospital que será construído na região do Pinheirinho; que terá uma grande quantidade de cerca de 100 leitos. Mais do que apenas um hospital, será um centro de referência para o atendimento e o cuidado do idoso. Isso vem fazer com que nós, de Curitiba e da região metropolitana, possamos ter nesta referência, também, um ponto de apoio entre as pessoas que, certamente, com o passar do tempo, perdem parte das suas funções, das suas condições de se autodeterminar fisicamente e precisam, muitas vezes, desses cuidados especiais.

Quero lembrar que essa era uma promessa de campanha do atual Prefeito, assim como o Hospital Infantil de Curitiba, que até hoje não foi feito. Talvez, o Presidente da República, mais tarde, resolva liberar recursos para que sejam cumpridas as promessas aqui em Curitiba, por meio de dinheiro do Governo Federal, assim como está se investindo na área de habitação R\$ 943 milhões em Curitiba, e sabemos que esses investimentos também são feitos, basicamente, a fundo perdido e são feitos através de parcerias, mas também são feitos porque há essa leitura do Governo Federal que não discrimina-mos prefeituras do estado. Acho importante, porque mantemos com isso uma relação republicana, uma relação onde você não olha o partido governante, mas olha a necessidade da cidade, a necessidade do estado.

Acho extremamente positivo que estejamos fazendo, hoje, em nível federal, um grande investimento no PAC da habitação do Rio de Janeiro, município que sabemos tem milhões de pessoas em condições de sub-habitação, que tem um Governador que faz uma oposição muito dura e muito ferrenha ao Governo Federal, mas nem por isso sofre a discriminação de não ter recursos a fundo perdido para que a população do Rio de Janeiro, assim como a população de Curitiba, possa ter, indiretamente, benefícios oriundos dos impostos que são pagos por toda população brasileira.

Então, é esse o registro que gostaria de fazer, no dia de hoje.

Acho importante lembrarmos que todos os benefícios que vêm, de alguma forma, têm o dom de fazer com que haja o desenvolvimento. Mas têm, também, a lembrança que esse é um dinheiro dos impostos, muitos daqueles impostos que, por vezes, são contestados - e acho que é papel daqueles que são opositores contestar, fazer críticas. É bom lembrar que esses recursos que estão vindo são recursos dos impostos, dos mesmos impostos que são contestados e que, se não houvesse, talvez não tivéssemos esses 12 milhões a fundo perdido, assim como estão tendo dinheiro do PRONASE. O PRONASE é um Programa Nacional de Segurança Pública, que está sendo implantado, e que agora, com a criação da Secretaria Antidrogas, poderá ser adequado e poderá ser utilizado aqui em Curitiba.

Acho que estamos numa situação não só de civilidade, mas numa situação em que o cidadão, que é objeto principal e final das nossas ações enquanto entes e agentes políticos, vê e respeita ações que são feitas dessa forma. Temos, obviamente, diferentes pontos de vista, diferentes táticas, estratégicas, entendemos diferente a forma como deve ser apontado, muitas vezes, o encaminhamento da sociedade, mas temos que entender que em determinados momentos há que se prevalecer o interesse maior, que é o interesse da população. Não é porque o Prefeito ou Governador é deste ou daquele partido que não temos que entender que os recursos, em última instância, beneficiam, sim, a Prefeitura, beneficiam, sim, o estado, mas beneficiam principalmente a população daquela Prefeitura, daquele estado.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento falando dessas ações, da visão republicana do nosso Governo que atende todos os municípios, indistintamente de partido político, e isso percebemos em todos os municípios do Paraná onde acompanhamos, e não é diferente aqui em Curitiba.

V. Exa., quando fala do pensamento diferente, de fato isso é muito comum. Eu ouvia antes, atentamente, o pronunciamento do Deputado Ney Leprevost, que falava quem poderia ser o candidato a Governador. V. Exa. está

usando o Horário da Liderança. V. Exa. sabe que certamente teremos candidato a Governador em 2010. Temos nomes, como o Ministro Paulo Bernardo, com a própria quase Senadora eleita Gleisi Hoffman, o Dr. Jorge Samek, hoje Diretor-Presidente da Itaipu Binacional, entre tantos outros nomes. Um partido muito bem organizado. O PMDB, ele não citou nenhum nome, vejo falar muito que o Pessuti pode ser o sucessor do Governador.

É importante isso, porque hoje está sendo tudo passado ao Paraná, pela TV SINAL. É natural que todos os partidos que tenham consistência, tenham o seu candidato a Governador.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Elton Welter.

Sr. Presidente, achei por bem fazermos esse registro, porque quando temos críticas, fazemos as críticas. Quando temos que ser criticados, temos sido criticados, Deputado Elio Rusch. Como foi recentemente, e acho que vai continuar sendo, o debate sobre o cartão corporativo, que é necessário e vai acontecer. Não há absolutamente - como o Presidente Lula falou por diversas vezes - nenhum óbice em se fazer esse debate. É preciso que também, quando há ações positivas como essa, Deputado Rossoni, que eu dizia que no dia de hoje foi assinado e liberado recurso para que a Prefeitura de Curitiba possa construir o Hospital do idoso, acho que são exemplos de maturidade política, que aos poucos e com muita dificuldade, mas sem perder de vista a referência positiva, o nosso país e a nossa sociedade está dando. Sem dúvida nenhuma, esse é um exemplo dessa maturidade política.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças: PSDB.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Nishimori, por 10 minutos.

Liderança do PSDB: Deputado Luiz Nishimori

O SR. LUIZ NISHIMORI

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo nesta tribuna como um dos representantes da comunidade nipo-brasileira, para comunicar a esta Casa, que neste ano de 2008, comemoramos os 100 anos da imigração japonesa no Brasil.

Este é um ano muito importante, um ano muito esperado. Um ano de grandes expectativas por parte da comunidade nipo-brasileira, que aprendeu a amar sua nova terra!

Do dia 18 de junho de 1908 - quando ancorava no Porto de Santos o navio Kasato Maru, com 781 imigrantes a bordo, 100 anos se passaram.

Hoje, a comunidade conta com 1 milhão e 300 mil nipo-brasileiros que residem aqui no Brasil e são mais de 300 mil nipo-brasileiros que residem e trabalham no Japão como dekassegus, remetendo R\$ 5 bilhões anualmente ao Brasil, irrigando nossa economia brasileira.

E hoje, os diversos setores da comunidade se encontram totalmente integrados à sociedade brasileira. Portanto, encaramos este como um ano de grandes oportunidades. Oportunidades de divulgar o trabalho e as conquistas dos imigrantes que aqui chegaram, e hoje, com os seus descendentes, colaboram com o progresso e o desenvolvimento do nosso Brasil, essa terra abençoada por Deus.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O reaquecimento da economia bilateral entre Brasil e Japão é uma das grandes metas do nosso programa como Parlamentar junto aos Poderes Públicos deste ano.

Já organizamos nesses anos, cinco missões econômicas ao Japão, com empresários paranaenses que venderam soja e café, além de carne de frango, suco de laranja e outros produtos primários do estado do Paraná.

Para se aprimorar o conhecimento das Sras. e Srs. Parlamentares, 80% da carne de frango consumida pelo mercado japonês é oriunda do Brasil. Assim como 60% do suco de laranja adquirido pelos japoneses são adquiridos aqui no Brasil e muitos dos quais são produtos paranaenses.

Hoje, estou trabalhando com o objetivo de abrir o mercado para o álcool combustível e o biodiesel produzidos no nosso estado, além de atrair investidores e capital japoneses para se instalarem no Paraná, a exemplo da Yokohama Pneus, que pretende construir uma fábrica em São José dos Pinhais - na região metropolitana de Curitiba - gerando 600 empregos imediatos.

Em Marialva, minha cidade natal, a empresa japonesa Maribene deu início à instalação da primeira fábrica de biodiesel no Paraná, contando com um investimento de R\$ 40 milhões, abrindo possibilidade de centenas de empregos diretos e indiretos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O centenário da imigração japonesa no Brasil representa a integração de dois povos, não só pela sua cultura, arte, tradição, desporto e culinária, mas, acima de tudo pela sua economia.

Temos grandes projetos neste ano de comemorações, como a construção do Parque do Japão em Maringá; o Parque Temático Yumê em Rolândia, em cuja obra serão investidos R\$ 10 milhões liberados pelo Governo Federal, que ajudará no turismo e na geração de empregos, além de servir de revitalização da região.

O Parque Tomi Nakagawa em Londrina e o Parque do Centenário aqui em Curitiba, e a construção do Castelo Japonês em Assaí, além de outros projetos em várias cidades do Paraná.

Esses eventos também se constituem num marco político na história do Paraná, pois autoridades brasileiras e japonesas já confirmaram suas presenças em nosso estado.

Mas, o ponto máximo das comemorações será no dia 22 de junho (domingo) no Centro de Imigração Japonesa no Paraná, em Rolândia, numa solenidade que contará com a presença do Príncipe Maruhito, o príncipe herdeiro do Japão.

Mais de 50 mil pessoas estão sendo esperadas para as comemorações do centenário da imigração japonesa, em Rolândia, coroando esse grande evento cultural, político e administrativo.

Outros vários eventos culturais, sociais e esportivos estão programados para este ano. Alguns já começaram a acontecer como: o Campeonato Brasileiro Intercolonial de Tênis de Mesa, no pavilhão de eventos do Parque Barigui, onde mais de 800 atletas participaram. Já aconteceram também os jogos amistosos de Softbol da Denso do Japão, onde as equipes femininas se enfrentaram num verdadeiro clássico Brasil x Japão.

E, também na área cultural, tivemos a Escola de Samba Porto da Pedra, homenageando durante o Carnaval do Rio os 100 anos da imigração japonesa no Brasil, quando mais de 150 pessoas de Maringá, Londrina e Curitiba participaram com muito brilhantismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia 23 de junho será a vez da Assembleia Legislativa, marcando a sua participação nas comemorações do centenário da imigração japonesa no Paraná em grande estilo, recebendo altas autoridades brasileiras e japonesas, registrando no seus Anais uma página honrosa na história do Paraná.

E, para essa ocasião, já estamos convidando todos os nobres Parlamentares para que, chefiados pela egrégia Mesa Executiva desta Casa, participem desta festa de integração de todas as etnias que aqui chegaram e que hoje formam a comunidade paranaense, comemorem conosco o centenário da imigração japonesa no Paraná.”

Muito obrigado.

O Sr. Teruo Kato (PMDB)

Me permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Gostaria de parabenizar V. Exa. por esse pronunciamento, já que esses 100 anos da imigração japonesa no Brasil é um marco histórico. Nós que representamos 1% da população, mas que temos uma participação bastante ativa em todos os segmentos da sociedade.

E é um momento até, Deputado, de agradecimento a este país que tão bem acolheu a todos os nossos avós, pais e que deu esta oportunidade de estarmos convivendo em harmonia dentro da sociedade brasileira.

E eu tive oportunidade de, no ano passado, fazer parte de uma comitiva que foi ao Japão, fomos recebidos pelo Príncipe Naruhito e a presença dele aqui nesta festividade é uma demonstração também do povo japonês em reconhecimento a toda esta colônia e ao nosso país.

Então, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento e também pela maneira como V. Exa. tem conduzido todas estas festividades dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, e principalmente aqui no estado do Paraná.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Teruo. Eu diria que esta festa de comemoração do centenário não é só da comunidade, é a festa de integração de todas as etnias que aqui chegaram e que hoje formam esta sociedade paranaense e também a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria somente de dizer que todos os senhores estão convidados para, dia 23 de junho, comemorar com grande estilo, esta festa do centenário da imigração japonesa aqui na nossa Casa.

E diria, mais uma vez, que a festa é de todas as etnias que aqui chegaram e que hoje formam esta grande sociedade paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho ouvido de maneira reiterada críticas a Cuba e, especificamente, ao seu comandante maior, Fidel Castro.

Então, quer uma Oposição, não só desta Casa, mas em todos os lugares, negar, como que diria, pontos positivos, não só o país, mas a liderança do próprio Fidel Castro.

Se colocarmos os nossos olhos, historicamente, no século passado, certamente chegaremos à conclusão de que Fidel Castro foi uma das maiores lideranças políticas de todo o século.

Imaginem um país, uma pequena ilha muito próxima dos Estados Unidos. O que era Cuba, Srs. Deputados? Era uma casa de prostituição dos ricos norte-americanos, era o centro de jogatina, um verdadeiro cassino e o Fidel Castro com os companheiros, através da Revolução Cubana, conseguiu fazer a libertação da ilha. Fidel, seguramente, e um dos maiores Líderes populares que as Américas conheceram. A ação praticada por ele no vizinho o país dos Estados Unidos fez coisas que nós, brasileiros, com todo nosso poderio, não conseguimos até hoje. Cuba erradicou, sob Fidel, o analfabetismo há muitos e muitos anos. Os índices de desenvolvimento humano de Cuba são os melhores de todo mundo!

Presidente Augustinho Zucchi, a expectativa de vida do povo cubano é a mais alta do mundo. Daqui a pouco vai haver a Olimpíada de Pequim, certamente Cuba estará presente e alcançará resultados com seus 10 milhões de habitantes que talvez nós, com 180 e tantos milhões de habitantes, não iremos alcançar. Então, essa posição neoliberal, que é repetida todos os dias aqui nesta Casa, não tem consequência na realidade!

Fidel Castro está imortalizado, queiram ou não, e com grande sabedoria, nessa altura da vida, ele resolveu se afastar da presidência do Conselho de Ministros, porque ele não tem mais hoje as condições físicas necessárias para desempenhar esse cargo, tão espinhoso, de um país pequeno que sofre embargos econômicos dos Estados

Unidos e de nações avassaladas aos Estados Unidos, há décadas e décadas. Deveríamos render um preito de coragem a esse homem! A resistência que ele impôs ao grande país norte-americano.

Hoje, mesmo o Bush diz o seguinte: “Esperamos que Cuba tenha eleições livres e justas.” Nós poderemos perguntar, Presidente, ao Presidente de lá, se as eleições, por exemplo, últimas dos Estados Unidos, na Flórida, onde houve na realidade uma fraude eleitoral, se são essas as eleições justas e livres que o Presidente norte-americano quer em Cuba? Será que a eleição que ele está desejando para o Presidente norte-americano quer em Cuba? Será que a eleição que ele está desejando para Cuba é a mesma que ele impôs no invadido Afeganistão? Será que é a mesma eleição justa e livre que ele impôs ao povo iraquiano, onde roubam dois milhões de barris de petróleo por dia? E essa é uma afirmação, não do roubo de toda humanidade, mas da expressão norte-americana expressada pelo seu Vice-Presidente.

Então um homem que toma o Poder naquele país, que tem, de acordo com as eleições que são realizadas lá, que começam lá nos cantões, nos bairros, nos quarteirões, até chegar no Conselho de Ministros, não são as mesmas eleições que os norte-americanos querem!

Um país que eu me lembro, não pode comprar veículos da Argentina porque os Estados Unidos não deixaram, quando o Campora, há muitos anos atrás era Presidente da Argentina, antes do Perón voltar a comandar a Argentina. Mas mesmo os brasileiros, durante algum tempo, não pudemos comercializar com Cuba. Os Estados Unidos não vendem matérias-primas para países, que depois poderão vender, inclusive, remédios para Cuba. Quer dizer, não pode sair a matéria-prima dos Estados Unidos, vamos dizer, e ir para a Bélgica e depois da Bélgica ser vendida para Cuba.

Um país desse tamanho, uma ilha, cercada durante 50 anos por aqueles que têm know-how de invasão de outros países, ainda querem menosprezar a presença histórica do companheiro, para mim, Fidel Castro, da mesma maneira que eu sempre chamei de companheiro Nelson Mandela, Rochimin, Patrice Lumumba, e eu nunca vi aqui fazerem críticas, por exemplo, Streden do Paraguai. Nunca vi aqui ninguém combater a quadrilha que tomou conta da Argentina, até hoje os crimes estão sendo levantados. Não se falou nada contra o Pinochet. Fala-se contra Hugo Chávez, que ganhou muitas eleições, todas, menos esse último referendo. Hugo Chávez acatou o resultado que saiu do referendo, mas ninguém fala aqui nesta Casa. É preciso que alguém fale dessas coisas.

Na realidade, a elite norte-americana financiou os exilados cubanos para invadirem Cuba. Outro dia eu vi um idiota, talvez do mesmo jaez débil mental do Senador paraguaio afirmar que o Fidel Castro nunca pegou num fuzil para combater. O homem comandou a luta em Sierra Maestra. Ele comandou a defesa quando os norte-americanos invadiram a Baía dos Porcos.

Olha, fico triste quando homens dessa qualidade, erros ele cometeu, como todos cometem, mas quando alguém como Fidel Castro, que já tem o seu nome inscrito na história da humanidade, fica doente, envelhece, como todos aqueles que não morrem antes, têm que envelhecer, ficam sendo achincalhados por aí a fora, todos os dias.

Eu tenho até aqui, poderia até pedir para a Casa registrar nos Anais, Deputados, que a Gazeta do Povo publica hoje uma matéria da Miriam Leitão. Inimiga declarada da Esquerda, inimiga declarada das direções populares que existem aí pelo mundo afora. Se você fizer uma análise daquilo que a Miriam Leitão está dizendo nesse artigo, você vai chegar à conclusão que é extremamente favorável à presença do Fidel Castro naquele país. Olha, tem gente que permanece durante muito tempo governando povos, ou nas suas profissões, ou nas suas atividades, porque demonstram capacidade.

Para terminar, Sr. Presidente, esses que falam em liberdade se esquecem que existe um grande câncer na pequena ilha de Cuba, que é a base norte-americana de Guantanamo, onde de maneira reiterada os próprios Estados Unidos confirmam que eles não respeitam as próprias leis norte-americanas nesse pedaço, que é essa base naval de Guantanamo. Lá, torturas inomináveis foram praticadas contra norte-americanos, durante todos estes anos. E, ultimamente, contra patriotas do Iraque, do Afeganistão, dos países muçulmanos. Os americanos tomam um pedaço de um país e impõem, ali, a mais vergonhosa das administrações que os seres humanos podem ter conhecimento.

O Fidel, Presidente, ele trabalhava 11, 23, 24 horas. Descia e ia jantar, comer, ia na cozinha daquelas pessoas que viviam lá, sem guarda-costas. É um dirigente amado pelo seu povo. Logicamente que tem aqueles que são alcançados por padrões de vida que ali foram impedidos de existir, pelo imperialismo, pelos países grandes, com muita força, que impediram, por exemplo, que coisas pudessem ter acontecido na gloriosa ilha cubana, sob o comando do companheiro Fidel Castro.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, em quanto tempo esgotou a liderança do Deputado Waldyr Pugliesi?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em dois minutos e 56 segundos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Acho que mais 30 segundos não faria mal, para quem já tem o tempo esgotado. Mas, como não posso contribuir com seu pronunciamento, seria certamente algo que poderia contribuir. Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário da Liderança da Oposição, concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de fazer meu pronunciamento, quero primeiro justificar minha ausência no dia de ontem. Convocado pelo Diretório Nacional do meu partido, numa reunião do Diretório Nacional, estive ausente da Sessão.

Sobre o pronunciamento do Deputado Waldyr Pugliesi, quero dizer ao Deputado que com grande parte do seu pronunciamento eu concordo. Mas, há alguns pontos que gostaria de ter a resposta, não dos admiradores de Fidel Castro. Gostaria de ter a resposta da população de Cuba, livremente.

Estava agora, por coincidência, vindo do aeroporto para a Assembléia e ouvi a declaração de um dos Líderes da Oposição em Cuba. E ele disse que quando seus filhos vão para a escola, há pessoas do Governo de Cuba, da Polícia, que o seguem. Quando ele recebe seus companheiros - ele é Líder da Oposição em Cuba, imaginem a situação dele - ele é vigiado por agentes secretos do Governo de Cuba.

Então, acho, não é uma questão de Direita ou de Esquerda. Houve um momento, na história, que Fidel Castro cumpriu o que o povo cubano queria e exigia. Mas, há um momento da história que agora ninguém mais tem razão. Agora é melhor ouvirmos os 11 milhões de cubanos. Certamente, estão sedentos por liberdade e por uma eleição democrática naquele país.

Pelo menos é minha opinião. Mas, V. Exa. fez um belo registro no seu pronunciamento. Admiro V. Exa. pela autenticidade.

Presidente Augustinho Zucchi, cheguei aqui agora e fui comunicado de uma decisão da Executiva da Mesa e V. Exa., como Presidente, teve. Como recebi através de terceiros, mando através da tribuna, que é minha legitimidade. Nós tínhamos proposto, e para ficar claro aqui, tínhamos e propusemos formar aqui uma Comissão para irmos ao Paraguai, verificarmos as possíveis irregularidades do Secretário Pissetti, porque ele confessou que presta serviço, apoio, a um dos candidatos a Presidente da República gratuitamente, mas ele recebe dinheiro do estado.

Então, para o Pissetti prestar serviço em Assunção, ou no Paraguai, para um determinado candidato, ele teria que se deslocar daqui às 18h da tarde de sexta-feira, ir a Assunção, voltar até segunda-feira, às 8h, quando inicia o seu trabalho e que ele recebe aqui o seu salário, do povo paranaense.

Olhando o estatuto dos servidores públicos, fica claro que o Secretário Pissetti incorre em crime de responsabilidade. Segundo, por esta razão, Deputado Augustinho Zucchi, lamento o que aconteceu. Pedimos informações - eu, o Deputado Ney, o Deputado Plauto que não está aqui, que estávamos envolvidos nessa questão - algumas informações para nós checarmos e pedirmos ao

Secretário Pissetti, porque ele é um servidor público, que ele encaminhasse a esta Casa, como ele disse que viaja com o seu dinheiro, que ele encaminhasse aqui as passagens que ele fez essa viagem - que aí você vai se certificar das datas - pedimos aonde ele se hospedou, que ele encaminhasse para cá as notas fiscais, Deputados Jocelito, com toda a prudência do mundo, estávamos nos comportando. Aí o que aconteceu? Foi proposta essa Comissão, o requerimento chegou ao Presidente da Assembléia, está criado um impasse, o Presidente da Assembléia me disse textualmente: "Deputado Rossoni, poderíamos fazer um acordo de cavalheiros. Vocês poderiam formar uma Comissão menor, porque regimentalmente tem que ser de sete membros, vocês poderiam fazer economia, ir em menos Deputados, e num acordo de cavalheiros, está autorizada a Comissão a ir ao Paraguai". A palavra, para mim, do Presidente da Assembléia, é um documento.

Procurei os Deputados Ney Leprevost e Plauto Miró e disse o seguinte: temos que ter cautela, porque esse Senador da República lá do Paraguai deu uma entrevista aqui, falou bastante, fez graves denúncias, temos que ter cautela, porque o nosso objetivo não é fiscalizar o Senador lá, é fiscalizar o Governo aqui, ver quem tem responsabilidade nesta questão do Pissetti: se é o Pissetti ou se é o Governador.

Acho que o Governador já teria que ter demitido o Pissetti, mas vamos provar isso num futuro bem próximo, com as passagens, com a hospedagem, qual foi o horário que ele esteve no Paraguai e se ele incorreu em crime de responsabilidade.

Mas aí, voltando ao assunto, o Presidente Nelson Justus fez esse compromisso com o Líder da Oposição. Consultei os Parlamentares que estavam participando desse trabalho, fomos transparentes: "Está firmado o compromisso, vamos fazer economia". Inclusive eu disse ao Presidente Nelson Justus: "Acho que deveríamos ir com custas nossas pagarmos as despesas. É tão pouco, vamos lá! Aí não pode ser usado que estamos fazendo viagens de turismo com o dinheiro público". Vamos fazer uma coisa transparente, é isso que a população espera de nós.

Acordado com o Deputado Nelson Justus, viajei a Brasília, chego aqui, como é natural, sentindo saudades da imprensa, fui chamado pela imprensa para conversar - e normalmente entramos na conversa do objeto da reunião do partido - falei, e aí fui questionado dizendo que a Comissão Executiva da Casa, veja que absurdo, que a Comissão Executiva da Casa, ontem, na minha ausência, deliberou não autorizar essa Comissão ir ao Paraguai. Quero dizer aos senhores que há de ter uma tomada de atitude da Comissão Executiva, urgente.

Eu, como Parlamentar, não posso aceitar esse posicionamento da Comissão Executiva. Não aceito!

Não recebo recado da Comissão Executiva. Eu respeito a Comissão Executiva. Até agora estou procurando o Deputado Nelson Justus e o Deputado Alexandre Curi. Queria ouvir deles. Mas como foi comunicado para a imprensa, comunico aos Parlamentares.

Se querem proteger o Governo, achem uma outra forma.

O objetivo da Comissão é o funcionário público Pissetti. O objetivo da Comissão é buscar as informações se ele se serviu do dinheiro público para viajar para o Paraguai. Mas nunca estive aqui na tribuna falando sobre esse assunto. Estou investigando, pedindo informações. Estou tendo contato com pessoas do Paraguai.

Por esta razão, tínhamos entendido de protelarmos para a semana que vem.

Agora, chego aqui e, lamentavelmente, a Comissão Executiva deliberou que não vai autorizar a Comissão ir ao Paraguai. Não sei se vou de chalana, de bicicleta, mas eu vou. Não é a Comissão Executiva que vai me impor o que devo fazer.

A Comissão Executiva que eu votei, que eu elegi, esperava que tivessem sempre, como foi na grande maioria das vezes, que proteger a ação do Parlamentar.

A legitimidade do compromisso está na boa vontade do Presidente Nelson Justus. Ele disse para mim que, se formalizarmos, deveriam ser sete, e já vai parecer que é muita gente viajando. Também achei, o bom senso me disse isso.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

Queria dizer a V. Exa. que conversamos sobre isso na reunião de ontem. V. Exa. sabe que poderia criar um problema internacional.

V. Exa., para ir de bicicleta ou de avião, tem que ter autorização deste Parlamento. Qualquer Deputado que sair do país precisa ter autorização expressa desta Casa.

Só estou lhe ajudando. Se fizermos uma Comissão, tem que ser aprovada em Plenário, sob a presidência de alguém. Não vai ser a Oposição nem a Situação que vai comandar essa investigação no Paraguai.

Primeiro, temos que falar com a Embaixada, para que a nossa Comissão vá até, senão poderemos ser presos.

V. Exa. lembra-se, o Deputado Pedro Lauro, quando criticou a república do Paraguai no Congresso Nacional. Ele quase foi cassado, se não voltasse ao microfone e dissesse: “Viva o Paraguai!”.

Existe um acordo entre países que não somos nós desta Casa, que iremos dirigir ou fazer.

Confesso que, partindo da Comissão aprovada pelo Plenário, através do Itamarati em Brasília, aí sim, com autorização das autoridades paraguaias, sabedores que iremos lá numa missão, aí poderemos fazer.

Quero lembrar a V. Exa., a esta Casa e a imprensa que apresentei, não sei quantos anos atrás, uma emenda, neste plenário, na época da Constituição, que para um Secretário de Estado sair do país precisa de autorização desta Casa. Nós podemos fazer isso agora, Deputado. Se o Governador, que é autoridade maior, um Deputado, representante do povo, precisa dessa autorização, por que um subalterno, um Secretário que pode criar um problema, como V. Exa. está lembrando ou indicando, não precisa de autorização? Precisa sim porque, às vezes, um Secretário pode sair daqui e fazer uma maracutaia ou um trambique

em outros país, representando o Brasil, criando um problema internacional. Então, são responsabilidades que cabem a nós e, talvez, por isso, o Presidente Nelson Justus não tomou a decisão. Não o estou defendendo, estou defendendo a Comissão Executiva que não houve uma decisão.

V. Exa., democrata, paciente que é, talvez, deve submeter um requerimento seu para que a Comissão tome uma decisão, todos possam ir, sob a presidência de um, ou do Presidente ou da minha pessoa ou do Deputado Zucchi ou do Deputado Felipe, que nós possamos, com direito, irmos nos dirigir a um país, com autorização do Itamarati e desta Casa.

Agradeço a V. Exa. e à Mesa por ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rossoni, solicito que V. Exa. conclua o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O senhor veja o seguinte: não dei um aparte para o Deputado Romanelli, dei um pronunciamento praticamente. Então, quero responder ao Deputado Anibelli porque jamais estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vou lhe conceder dois minutos para que possa concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero comunicar aos Srs. Parlamentares que o STJ acaba de confirmar, por unanimidade, a decisão do Desembargador Lippmann.

Deputado Anibelli, o que quero dizer a V. Exa. é que fiz tudo correto, quem não fez correto foi o Governo, porque um Secretário para sair do estado, do país, tem que ter autorização do Governador por Decreto e publicado em Diário Oficial. O que eu fiz, Deputado Anibelli? Pedi ao Governo que encaminhe a este Parlamentar a cópia do Diário Oficial com o Decreto autorizando ele a sair, porque se ele saiu sem autorização o Governador terá que demiti-lo.

O que me preocupa é o seguinte: num acordo de cavalheiros, posso me licenciar como outro Parlamentar, me licencio, vou ao Paraguai, faço uma viagem, ouço as pessoas que quero ouvir e não terá nenhum problema. Agora, a verdade é o seguinte: nós só estamos em busca e pode ver não ouve pronunciamento nessa questão, teve todo cuidado, não nos embalamos nas declarações do Senador de lá, ficamos na nossa, buscamos informações. Agora, o que não pode e no exercício legítimo da minha ação parlamentar, entrei com requerimento na Casa, o Presidente disse que não havia necessidade, para que fizéssemos da maneira que o Presidente sugeriu, eu aceitei, pelo menos a Executiva teria que ter o respeito a este Parlamentar, me convidar para essa reunião e nós rediscutirmos porque o encaminhamento estava errado.

Se houve erro não foi do Parlamentar, Deputado Rossoni, que encaminhou o requerimento regimentalmente correto, houve erro da Comissão Executiva. Agora, o que não pode é a Comissão Executiva, na ausência do Parlamentar, decidir, não dar satisfação e eu receber esse comunicado através de terceiros. Estou aqui para exercer a minha função e lutarei até onde puder e, certamente, terei seu apoio porque sei que V. Exa. é um democrata.

Obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Apenas dizer o seguinte: não cabe esclarecimento sobre essa questão, a não ser por parte da Mesa Executiva ao eminente Parlamentar Deputado Rossoni. Tenho certeza que a Mesa Executiva, através do Presidente Nelson Justus, vai falar com o Deputado Rossoni. Tenho certeza absoluta, também, que o Deputado Nelson Justus tem pautado a sua condução nesta Casa, democraticamente. Há muito tempo ele vem fazendo as reuniões com a Mesa Executiva, submetendo as decisões com todos os seus membros. Isso é salutar para esta Casa.

Creio que uma falta, quem sabe, de comunicação, não pode, em hipótese alguma, Deputado Anibelli, desmerecer a atitude do Presidente Nelson Justus, de sempre colocar em apreciação da Mesa Executiva. Creio que o Deputado Nelson Justus, sempre zeloso como é, fez aquilo que de melhor poderia ser feito, e tenho certeza que irá conversar com V. Exa., corrigindo esta falha de comunicação que houve, quando V. Exa. coloca aqui, na tarde de hoje.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, me dirigi agora até a cabine que faz o controle de nosso painel eletrônico, discretamente, para que não parecesse uma postura demagógica a que vou adotar e solicitei que fosse apagado o meu nome do painel, tendo em vista que vou precisar me ausentar por motivos particulares, nesta Casa, por certa de uma hora. Fui comunicada pelos profissionais que lá se encontram, que não é possível apagar o meu nome do visor, do registro. É mais uma questão para ficar registrada nesta Casa. Mesmo que o Deputado tenha que se ausentar da Sessão, ele não consegue, digitando aqui ou mesmo indo até a cabine, para que o seu nome seja apagado do visor. Estou registrando a minha ausência e pedindo que isso seja também considerado na hora de renovar esse contrato ou oficializar isso, como instrumento de visibilidade de participação na Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vou levar a preocupação de V. Exa., porque me parece pertinente, para que seja discutido com a parte técnica desta questão do painel.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Quero justificar a ausência do Deputado Pérciles de Mello, que embora não esteja nesta Sessão, está em Brasília, em uma Audiência na Polícia Federal, lutando pela sua cidade de Ponta Grossa, pleiteando a instalação de uma Delegacia da Polícia Federal naquele município. Ele não está presente, mas está atuando em defesa da população que o elegeu.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, no horário da Liderança do Governo, por 10 minutos.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Eu estava aceitando a sugestão do nobre Deputado Elton Welter, de não utilizar a palavra nesta Sessão. Já quase fazia isto mesmo, Deputado Welter, mas em função dos pronunciamentos que aqui pudemos ouvir, acabo ocupando esta tribuna.

Dizer, em primeiro lugar, da minha absoluta confiança no Presidente Nelson Justus e nas decisões sábias que a Mesa Diretora desta Casa tem tomado. Não estou me referindo, Deputado Rossoni, especificamente ao seu caso. Temos que reconhecer que temos uma Mesa Diretora, aquela que dirige administrativamente a Casa, que o Presidente, o 1º Secretário e a 2ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin, que está aqui, que é extremamente cautelosa, inovadora, que possibilitou a instalação deste painel, que é uma grande inovação. Fico muito feliz de podermos dar exemplo ao termos um Parlamento com tanta transparência, como o nosso tem. A própria TV SINAL, que é uma realidade.

Ao mesmo tempo, as decisões políticas que têm sido tomadas pela decisão do Presidente Nelson Justus. Reconheçamos, Deputado Rossoni, o Deputado Anibelli foi muito feliz. Já pude conversar com V. Exa. e encaminhamos favoravelmente a todos os requerimentos que V. Exa. solicitou para esclarecer a participação do Secretário Pissetti, no apoio que ele dá do ponto de vista de orientação a um candidato às eleições no Paraguai.

Mas, quero dizer a V. Exas. o seguinte: o Secretário Pissetti não está sob investigação, está sob ataque. Ataque porque ele, como cidadão, tomou um posicionamento. Em 1989 fui ao Paraguai, convidado pelo MOPOCO - Movimento Popular Colorado, que no exílio, comandado pelo Miguel Costa Bianca, que vivia em Foz do Iguaçu, exilado, o MOPOCO resolveu participar das eleições paraguaias. Estivemos alguns dias no Paraguai junto com o jornalista Fábio Campana, advogado Geraldo, ex-Secretário da Cultura, o Luiz Roberto Soares, enfim pessoas que participaram daquele momento histórico.

Quero dizer que o Paraguai é um país irmão nosso, temos um relacionamento extremamente importante com esse país. País que foi dizimado. O Deputado Péricles falou outro dia da maldita tríplice aliança que massacrrou o povo paraguaio, e todos nós, certamente, devemos nos envergonhar desse triste episódio. Claro que temos muita responsabilidade com esse país vizinho, até porque somos a porta de saída para o mundo através do nosso porto de Paranaguá, para o Paraguai.

Quero dizer a V. Exas. que o tema pode e deve ser debatido, mas com serenidade, com tranquilidade. Os esclarecimentos que forem necessários deverão ser feitos, tanto pelo Secretário Pissetti, quanto pelos requerimentos de pedidos de informações que foram feitos. Essas informações chegarão a esta Casa e certamente os Parlamentares poderão analisar o conteúdo dessas informações e julgar o que aconteceu.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Me permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero dizer a V. Exa. o seguinte: Questionei, estou questionando e vou questionar o posicionamento da Executiva. O que tem que ficar claro é que o encaminhamento correto foi dado pela Liderança da Oposição. Encaminhei um requerimento propondo a formação de uma Comissão. O Presidente propôs para formarmos uma Comissão menor porque regimentalmente ela é de sete membros. E nós aceitamos. Agora, o que teria e deveria ter acontecido? Eu estava ausente ontem. Poderia ter sido convidado, convocado, porque aceito e respeito. Agora, o que não pode é ser tomada a decisão, eu de surpresa receber um comunicado e a Comissão Executiva não autorizar. Quer dizer, não é a Comissão que autoriza ou desautoriza. É o Plenário. Eu, legitimamente busquei o Plenário. E o Presidente me propôs. Por acreditar na palavra do Presidente Nelson Justus é que aceitei a proposta. “Não precisa autorização, eu vou autorizar”.

Quero que V. Exa. se coloque na minha situação. Não estou aqui julgando o passado e nem querendo dar lições de futuro para o Presidente Nelson Justus. Quero só que, em um momento ele me colocou numa situação extremamente delicada e que necessito de uma explicação, senão estarei entrando com requerimento regimentalmente. E se o Governo achar por bem derrubar, derruba. Se achar por bem aprovar, aprova.

Então, gostaria que V. Exa. entendesse a situação deste Parlamentar. Isso não poderia ter acontecido. Tenho certeza absoluta e não recebo as palavras do Deputado Augustinho Zucchi como reprimenda. Tenho certeza que o Deputado Nelson Justus vai ter uma atitude aqui sábia e digna do cargo que ele exerce nesta Casa. Agora, jamais gerar constrangimento a um Parlamentar que, com o maior das boas vontades, com boa vontade, com transparência, com decência, com postura, podia ter tripudiado o dia em que o Senador falou todas aquelas denúncias. Não o fiz. Tive o cuidado. Mas, agora, há que se ter cuidado com as minhas atitudes, com o meu comportamento e com o meu direito de Parlamentar.

Agradeço pelo aparte que V. Exa. me concedeu tão bondosamente. Seu coração hoje está muito doce.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Rossoni, quero dizer a V. Exa. o seguinte: gostaria que V. Exa. tivesse também esse coração doce, no seguinte sentido - de não se sentir desrespeitado pela decisão do Presidente Nelson Justus. O Deputado Nelson Justus é um homem sábio, inteligente, bem articulado, é uma pessoa que tem uma capacidade de convívio e de diálogo com todos os Parlamentares, independente do seu posicionamento.

Por isso que tenho respeitado as decisões do Presidente Nelson Justus e creio que V. Exa. deva ter também uma conduta serena neste episódio, com tranquilidade. Se for necessário votar, vamos votar. Não há nenhuma dificuldade nisto. Temos uma boa base aqui e nós votamos. Mas não é este o caso. Entendo que aquilo que é importante, que é ter o esclarecimento e isto, Deputado Rossoni, V. Exa. há de reconhecer, nós já fizemos.

Então, gostaria que mantivéssemos a serenidade, a tranquilidade. V. Exa. conversa com o Deputado Nelson Justus, se V. Exa. gostar e desejar eu poderia estar presente, inclusive, para que possamos dialogar sobre este tema, mas entendo que é necessário que façamos os esclarecimentos da forma com que pudemos aqui até agora conduzir este tema, reconhecendo que o Secretário Pissetti não está sob investigação. Nós não podemos formar uma Comissão de Parlamentares especial e fazer uma missão no exterior. Nós não podemos fazer isto.

A decisão da Mesa, a mim parece, a forma como está comunicada, entendo que as palavras do Deputado Anibelli foram muito inteligentes e sábias, porque ele expressou não um veto a sua presença ao Paraguai - foi, na verdade, da preocupação de se criar, através de um dos Poderes constituídos deste estado, uma situação de constrangimento, mandar uma missão para o exterior.

Então, entendo que o Presidente Nelson Justus e a Mesa Executiva agiu corretamente e agora V. Exa. é merecedor, naturalmente, do respeito e dos esclarecimentos necessários.

Queria dizer o seguinte, hoje, lamentavelmente, um dos jornais, um dos principais jornais da capital, ele publicou um título de matéria, absolutamente, não verdadeiro em relação às contas da gestão do Prefeito Rafael Greca. Rafael Greca emitiu uma nota e está claro, as contas do Prefeito Rafael Greca foram aprovadas pela Câmara de Vereadores de Curitiba, por 30 a 2, no dia 19 de fevereiro. Depois de 12 anos de gestão Greca as contas foram aprovadas.

O que foi, na verdade, reprovado, porque com ressalvas haviam sido feitas pelo Tribunal de Contas, foram as contas do IPPUC e da Fundação Cultural que são autarquias e que tem gestores. Administração Indireta tem gestores que respondem pelas contas.

Então, para dizer que certamente o jornal Gazeta do Povo vai corrigir o equívoco de quem fez a matéria, no dia de amanhã, mas dizer que a conta não foi aprovada.

Por último, Sr. Presidente, dois telespectadores da nossa TV SINAL me enviaram e-mails corrigindo aqui um poema que Mayacowics não escreveu. Eu fechava um pronunciamento outro dia e atribuía o poema ao Mayacowics.

Foi muito interessante, duas pessoas, o Fabiano Ribas, fabiano@yahoo.com.br, me envia na íntegra o poema que na verdade é, como me diz aqui o Cássio Luiz, que foi outro que me escreveu, é de um poeta brasileiro que se chama Eduardo Alves da Costa, que é bem brasileiro, nascido em Niterói, no Rio de Janeiro, que é vítima da maior injustiça literária já cometida e conhecida no Brasil em seus 500 e tantos anos de história! Por quê? Aí me recordei dos meus anos de juventude; o poema na verdade se chama: No caminho com Mayakowski. E eu li um trecho desse poema e é um poema muito interessante, porque fala justamente do sonho, da utopia, de uma pátria com socialismo e liberdade. Não vou ler, porque não tenho tempo, mas quero atribuir aqui ao verdadeiro autor que é brasileiro: Eduardo Alves da Costa. Poema lindo, e num outro momento vou ler, não demora mais que três minutos, já contei até o tempo, mas fica feita a correção: No Caminho com Mayakowski. Esse grande poeta russo, claro inspirador da juventude libertária, dos que lutam com rebeldia para que possamos, de fato, sermos livres. Livres na expressão mais ampla que temos que é de poder escolher nosso próprio destino.

Era isso Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a Sessão inicia às 14h30 e se prolonga por seis, sete horas. Gostaria de sugerir à Mesa que, no processo de votação, fossem acionados os gabinetes e que os Deputados tivessem tempo suficiente para chegar e discutir a matéria que entra em discussão para votação. Isso porque, infelizmente, Sr. Presidente, eu sou um dos Deputados que, pela manhã, fico na Fazenda Rio Grande, no meu escritório político de atendimento, e à tarde eu recebo gente de 400, 500 quilômetros de distância. Não é justo ficar três, quatro horas o pessoal do gabinete esperando para ser atendido. Dessa forma, chego aqui às 14h30, abro a Sessão, e fico no gabinete, mas não gostaria de perder a oportunidade de poder votar em assuntos de interesse do estado, que são projetos e requerimentos aqui apresentados. Para isso, proponho a V. Exa. que siga o exemplo da Câmara dos Deputados, em Brasília. O Deputado Anibelli que lá esteve, sabe bem que se abre o processo de votação e se dá um espaço para, que os Deputados compareçam dos seus gabinetes, pelo menos cinco, 10 minutos, aciona a campanha para que os Deputados nos gabinetes saibam que está no processo de votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vou levar a sua sugestão à Mesa Executiva.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, ouvi atentamente do Líder do Governo sua disposição em aprovar os requerimentos no que diz respeito à viagem ou envolvimento do Pissetti com a eleição no Paraguai. Gostaria então de pedir ao Presidente em exercício, Deputado Augustinho Zucchi, e solicitar ao Líder do Governo, que o Governo atenda o pedido de informações que formulamos e foi aprovado no dia 19 de setembro de 2007, que solicita ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, cópia do DVD ou outro equipamento usado e apresentado pelo Presidente da FERROESTE na reunião entre a AMOP e CACIOPAR na cidade de Foz do Iguaçu, no dia 14 de setembro. Esse requerimento foi apresentado e aprovado no dia 19 de setembro e não recebemos a resposta ainda.

Gostaria que a Mesa tomasse providências para que pudéssemos receber esse equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Elio Rusch, na terça-feira o Presidente Nelson Justus determinou que todos os requerimentos que não estão respondidos no prazo legal sejam respondidos, sob pena desta Casa tomar as providências que são cabíveis através da nossa Constituição e do nosso Regimento Interno. V. Exa. pode ter certeza que o seu requerimento será respondido.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Pela Ordem)

Agradeço, lá alertei isso aqui no passado, não poderia esperar outra atitude da Mesa Executiva senão essa. Porque o Decreto Federal nº 201, está claro, enquadra o Executivo a não responder os pedidos de informações aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 172/08, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias desta quarta-feira (dia 20) e quinta-feira (dia 21) devido a compromissos do mandato agendados em Brasília/DF. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Indicação nº 026/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo à Mesa Executiva que seja oficiado ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes e ao Diretor-Presidente do DER, a urgente correção, com lama asfáltica, do leito da Estrada Bandeirantes, do trevo até o matadouro municipal, no município de Doutor Camargo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 027/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes que ordenem a construção de um trevo de acesso ao município de Wenceslau Braz, na Rodovia Parigot de Souza, PR-092. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 028/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que promovam esforços necessários para a recuperação da rodovia Parigot de Souza. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 029/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de uma nova unidade escolar estadual no bairro Lamenha Pequena, no município de Almirante Tamandaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/08, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o funcionamento do painel eletrônico nas reuniões plenárias da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA.**

Com a sua discussão encerrada.

Há uma emenda de Plenário.

Votação do projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado.

Votação da emenda. **Aprovada.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMENELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não tenho conhecimento do teor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A emenda já foi aprovada, apresentada pelo Plenário e devidamente aprovada, agora.

A emenda modificativa, Deputado Romanelli, com parecer favorável da Comissão Executiva, nos seguintes termos:

COMISSÃO EXECUTIVA EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/08

P A R E C E R :

Foi apresentada ao Projeto de Resolução nº 003/08, que dispõe sobre o funcionamento do painel eletrônico nas reuniões plenárias, uma emenda modificativa ao inciso II do artigo 5º da referida proposição.

Não foi encontrado impedimento regimental na emenda modificativa que pretende manter a atual prerrogativa Parlamentar de requerer a votação nominal.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

Pela ordem, o Deputado Carli Filho.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (**Pela Ordem**)

V. Exa. poderia fazer a leitura da emenda para que todos os Deputados tenham conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

(Procede a leitura da emenda ao projeto de Resolução nº 003/08, de autoria de Comissão Executiva)

Portanto, está aprovado o projeto artigo por artigo também a emenda.

Pela ordem, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Desculpe, é que o processo legislativo, entendo que deveríamos ter sido mais atentos, lido aqui que havia uma emenda. Eu não vi a informação que havia uma emenda.

A emenda, ela altera completamente o inciso II do artigo 5º, ela suprime toda uma inteligência do inciso II, do artigo 5º.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Romanelli, apenas incluiu, veja bem, no projeto original encaminhado pela Mesa Executiva constava assim: (**Lê**):

“EMENDA DE PLÊNÁRIO AO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/08

Emenda ao Projeto de Resolução nº 003/08, de autoria da Comissão Executiva que dispõe sobre o funcionamento do painel eletrônico nas reuniões Plenárias da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se o inciso II do artigo 5º, ficando da seguinte forma:

Art. 5º (...)

I - (...)

II - por deliberação do Plenário, a requerimento, por escrito, de qualquer Deputado.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda pretende manter a atual prerrogativa Parlamentar de requerer a votação nominal.”

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

A emenda está modificativa em relação ao inciso. Os parágrafos subseqüentes são relativos ao inciso. A emenda, da forma como está formulada, está suprimindo os parágrafos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A emenda apenas está acrescentando, no item 2, que ao invés de ser: “O Presidente deliberará...”

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Presidente, desculpe, mas ele modifica.

Art. 5º: Adotar-se-á a votação nominal.

I - Nos casos em que se exige quórum de maioria de 2/3 ou de 3/5.

II - Quando o Presidente assim deliberar.

O Deputado Elton Welter pede modificativo. Diz “suprime” o que está escrito, quando o Presidente assim deliberar e acrescenta-se o seguinte inciso: “Por deliberação do Plenário, a requerimento por escrito de qualquer Deputado”.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Na medida em que a emenda não mantém os parágrafos subseqüentes, estão excluídos. Ele não mantém. Não modifica só uma expressão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não, porque na verdade ela só muda o inciso II. Os outros parágrafos continuam da mesma forma. Ao invés de o Presidente deliberar, será deliberado pelo Plenário, de qualquer Deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, entendi a lógica do que o Deputado Welter quis fazer. Quero dizer a V. Exa. que a técnica legislativa não está correta. Desculpe, não posso concordar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas aí passou pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

O inciso II é todo ele. Não é só a expressão. Não estamos falando só sobre tirar do Presidente o poder e transferir para o Plenário. Estamos falando de todos os parágrafos que modificam o inciso II. É só ler que V. Exa. vai entender.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, fui autor da emenda e a intenção dela é exatamente esta que V. Exa. concluiu na sua fala, recentemente: de que o Presidente não queria concentrar todo este poder acerca da votação nominal, e com este inciso se permite que o Plenário delibere acerca da votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Já está aprovado, inclusive.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Então, se for possível, se encaminhe, se resolve na redação final se o problema for técnica legislativa. Isso é possível e não vai alterar o objetivo da emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Já está aprovado.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 002/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que encaminha a prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, referente ao mês de janeiro de 2008, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/08, de 18/02/08, em 1ª Discussão).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que autoriza o Poder Executivo a doar aos municípios, imóveis de propriedade do estado do Paraná, cedidos sob a égide da Lei nº 10429/93. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Em discussão. Em votação.**

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Queria apenas, não entrando no mérito, mas na forma do projeto, o mérito do projeto é muito bom, mas vamos aprovar novamente uma cessão de bens do Governo do Estado e será interpretado como vício de origem, por ser proposto por um Deputado da Assembléia. Na sequência, irá o veto para Casa. E nós, pela sua maioria, se mantém o veto do Governo. Então, é uma questão muito delicada. Eu sou a favor do projeto e também acho que não há vício de origem. Mas, se nós aprovarmos aqui, hoje, depois, se a base não vai derrubar o que nós aprovamos aqui.

Então, queria que sinalizasse esta situação na hora do voto, agora.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 753/07, de autoria do Deputado Mamed, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Alceu Ântimo Vezozzo. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação Toledana de Handebol, com sede e foro no município de Toledo. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 063/07, de 12/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 430/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, declara de utilidade pública a Associação Toledana de Handebol, com sede e foro no município de Toledo/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.02.07.

(aa) DURVAL AMARL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 841/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Centro Municipal de Educação Infantil Meu Cantinho, com sede e foro no município de Santa Helena. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 156/07, de 03/12/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 841/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Centro Municipal de Educação Infantil Meu Cantinho, com sede e foro no município de Santa Helena.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.02.07.

(aa) DURVAL AMARL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 842/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a ONG Liberdade de Pensamento e Ação pela Cidadania - ONG LIPEAC, com sede e foro no município de Siqueira Campos. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 156/07, de 03/12/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 842/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de utilidade pública a ONG Liberdade de Pensamento e Ação pela Cidadania - ONG LIPEAC, com sede e foro no município de Siqueira Campos/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.02.07.

(aa) DURVAL AMARL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Proposição)

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 068/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 404/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que autoriza o Poder Executivo a fazer cessão de uso de imóvel que especifica ao município de Nova Esperança. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 200/07

Curitiba, 11 de julho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 147/07, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 404/07, tendo em vista que é considerado contrário ao interesse público, porque o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 404/07, encontra-se publicado no DA nº 058/07, de 31/05/07, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 068/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 404/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, autoriza o Poder Executivo a fazer cessão de uso de imóvel que especifica ao município de Nova Esperança, foi objeto de VETO do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Peço a manutenção do veto, porque esse é aquele exemplo que eu ontem falava sobre a necessidade de

podermos conversar com aquele que tem a responsabilidade, do ponto de vista da definição da reserva legal, de tomar a iniciativa de dispor sobre o patrimônio público, e especificamente nesse caso foi até que houve aquela diligência feita pelo Deputado Elio Rusch sobre o tema, e que esse imóvel, já foi feita a cessão de uso ao município de Nova Esperança, através da Lei nº 15665, de 24/10/07. Então demos encaminhamento já de acordo com o que havia sido conversado com o Governo, e já virou lei. O imóvel, já foi feita a cessão de uso.

Peço a manutenção do veto, e é esse o caminho que temos que fazer em todos os outros temas que envolvem cessão de uso ou doação de imóveis públicos.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Apenas, Sr. Presidente, até para refletirmos, o Deputado Romanelli está solicitando que mantenhamos o voto, e acho que dentro dos argumentos que coloca, eu sugeriria aos Deputados que compõem a CCJ, que tivéssemos, talvez, uma discussão na CCJ sobre a forma de encaminhamentos, porque todas as vezes que encaminhamos à CCJ, do ponto de vista constitucional, aprovamos aqui, como aprovamos agora, e o Deputado Stephanes fez inclusive referência ao projeto anterior do Deputado Fábio Camargo.

Todos eles, Deputado Romanelli, invariavelmente, têm sido vetados, até pela compreensão que há uma inconstitucionalidade no projeto. Se não deveríamos talvez fazer de uma outra forma para que não tivéssemos que aprová-lo, como aprovamos do Deputado Fábio Camargo há alguns minutos atrás, depois quando vem o veto criarmos aqui uma batalha para mantermos ou derubarmos o veto.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sugiro que V. Exa. leve essa discussão para a CCJ.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Essa é a mesma situação, agora, do projeto que acabamos de votar favoravelmente, do Fábio Camargo. É interessante, porque aqueles que vão votar pela manutenção do veto deveriam ter votado contra o projeto do Deputado Fábio Camargo, para que não passássemos este constrangimento que estamos passando de a Casa legalmente interpretar que é possível a CCJ dar parecer favorável, passa por várias comissões, vem para cá - eu não vejo vício de origem na proposta do Deputado - e depois vamos ter que manter o veto.

Neste caso eu vou me abster, já que o Líder pediu que ele fosse mantido, porque o certo seria votar pela derubada do veto, porque eu não vejo problema de inconstitucionalidade, nem político, neste assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Veja como é difícil, muitas vezes, legislarmos, ou mesmo entendermos algumas posições. Ontem, apreciamos um veto do Governador em relação ao projeto apresentado pelo Deputado Kielse. O Deputado Kielse apresentou um projeto autorizando o Governo do Estado a transferir para o município uma área de terra.

O autor da lei pediu para manter o veto. Esse projeto do Deputado Romanelli, fui o Relator do projeto. Até consultei a Prefeita se era com esse objetivo e ela disse que sim. Conversei com o Deputado Romanelli durante o trâmite desse projeto na Comissão e aprovamos na Comissão e depois no plenário.

Agora, o Líder do Governo nos informa que já existe uma lei sancionada pelo Governador do Estado e aprovada por esta Casa, autorizando a cedência desse imóvel para o município de Nova Esperança.

Estamos legislando, fazendo leis onde o próprio autor pede manutenção do veto.

É difícil de entender, não V. Exa. Deputado Romanelli, mas alguns Deputados.

O Deputado Stephanes acabou de levantar essa questão. O Deputado Fábio Camargo apresenta um projeto, acabamos de votar, autorizando o Governo do Estado a transferir para o município uma área de terra.

Com toda certeza, Deputado Fábio Camargo, esse seu projeto será vetado.

Peço aos Deputados que tenham um pouco de coerência, não vamos SIM e nem NÃO, vamos nos abster desta votação até em sinal de protesto.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Apenas para esclarecer o Deputado Elio Rusch e aos demais Deputados que a mensagem que votamos fazendo a cessão de uso desse imóvel ao município de Nova Esperança foi posterior a votação desse nosso projeto de lei, do entendimento que tivemos com o Governador Roberto Requião.

E esse veto só está sendo apreciado neste momento, muito tempo depois, por conta da decisão do Presidente que faz a pauta. Temos aqui uma ordem cronológica para apreciação do veto.

Mas não houve votação anterior dessa mensagem, foi posterior ao projeto de lei que foi vetado e está absolutamente correto.

Muito obrigado!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para Encaminhar**)

Nas mesma linha do Deputado Stephanes Júnior acabei de votar em 2ª discussão o projeto do Deputado Fábio Camargo. E está bem claro: "Autoriza o Poder Executivo a doar aos municípios imóveis de propriedade do estado do Paraná".

É um projeto que imaginamos que o Governador irá vetar e depois, aqui, deveremos derrubar o veto.

Nesta mesma linha tivemos projetos ontem e já passou na CCJ outros projetos da mesma natureza.

Vou votar para derrubar o veto. Assim como votei a favor do projeto do Deputado Romanelli, para doar o imóvel.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Inicia-se o processo de votação.

Apenas registrando que os favoráveis à manutenção do veto deverão votar SIM e os favoráveis à derrubada do veto deverão votar NÃO.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Presidente, na ausência do Deputado Rossoni, como Vice-Líder, não que seja uma posição da Bancada, cada um vota como quiser. Particularmente, vou me abster do voto. Não posso votar nem NÃO porque já existe lei...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. já encaminhou, não pode encaminhar duas vezes.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Existe uma dúvida da Bancada e eu, como Líder em exercício, tenho direito de dar esse encaminhamento, Presidente, e não é V. Exa. que vai dizer o que tenho que fazer!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. já encaminhou e não é permitido encaminhar pela segunda vez!

Deputados favoráveis ao veto deverão votar SIM, Deputados contrários deverão votar NÃO e, obviamente, há a possibilidade da abstenção. Está em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só queria fazer um comunicado, ouvi falar muito do Paraguai e, neste final de semana, estive no Paraguai, fiquei dois dias com autorização desta Casa, evidentemente, e amanhã estarei falando sobre os paraguaios.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a votação.

Dez abstenções; seis votos NÃO; 21 votos SIM.

Portanto, **está mantido o veto do Sr. Governador.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 202, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa., o Presidente Nelson Justus tinha feito um entendimento com essa questão dos requerimentos e percebo que V. Exa. fala de outra forma. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Está votado o requerimento.

Requerimento nº 204, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 191 e 192, de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 193, 194 e 208, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 199, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 200, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 203, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 206, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 207, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Cida Borghetti, Valdir Rossoni, Edgar Bueno, Ademar Traiano e Elio Rusch, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 430, 841 e 842/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 328, 723, 735, 840 e 846/07 e do Projeto de Resolução nº 004/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 068/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 046/08, de 14 de janeiro de 2008, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do imposto de renda na fonte, dos proventos de CELSO FARACO, matrícula nº 237, portador do RG nº 256.089-5-PR e do CPF nº 006.328.809-53, aposentado no cargo em Comissão, simbologia DAS-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com base no Laudo Médico nº 001/08, expedido por junta médica desta Casa, e na forma do artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto nº 3.000, regulamentado do Imposto de Renda, e nos termos do artigo 5º, inciso XIII, da Instrução Normativa nº 015/01 SRT.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 015/05

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 851, datado de 18 de fevereiro de 2008, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição da Secretaria de Estado da Saúde, o servidor deste Poder Legislativo, WANDERLEI PES-SUTTI, matrícula nº 5967, para prestar serviços de Assessoria junto à Diretoria da 22ª Regional de Saúde em Ivaiporã, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.
Gabinete da Diretoria Geral, em 20.02.08.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 016/05

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 409, datado de 30 de janeiro de 2008, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição junto ao Tribunal de Justiça, do servidor deste Poder Legislativo, LUIZ FRANCISCO DE

FREITAS, matrícula nº 40922, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.
Gabinete da Diretoria Geral, em 20.02.08.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Publicações Administrativas:

Minuta de Contrato

MINUTA DE CONTRATO

Modalidade: Convite 103/07 - Protocolo 10026/07
Objeto: Prestação de serviço de publicação de editais
Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Contratada: Editora Correio Paranaense Ltda.
Valor: R\$ 9,99 por centímetro de coluna
Vigência: 01/01/08 à 31/12/08
Dotação: 3390.3000
DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Resultado do Pregão Eletrônico

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 001/08

Modalidade: Pregão Eletrônico 001/08
Protocolo: 12220/08
Objeto: Aquisição de materiais diversos, conforme abaixo

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
1	Primagraf Indústria Gráfica e Editora Ltda.	80.000 Envelopes especiais, formato 165x225mm, papel/GR, branco, 180g/m2, relevo	15.450,00
2	Contabilista Papelaria e Informática Ltda.	30 Unidades de toner para impressora HP Laserjet P2014, código Q7553A, original da marca da impressora.	6.000,00

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

